

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**A AGROINDÚSTRIA ARTESANAL E O PROGRAMA FÁBRICA DO
AGRICULTOR: UMA TENTATIVA DE RACIONALIZAR AS ATIVIDADES
EM UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR.**

CELESTINO DE OLIVEIRA BRITO

**CURITIBA
2005**

CELESTINO DE OLIVEIRA BRITO

**A AGROINDÚSTRIA ARTESANAL E O PROGRAMA FÁBRICA DO
AGRICULTOR: UMA TENTATIVA DE RACIONALIZAR AS ATIVIDADES
EM UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

CURITIBA
2005

EPÍGRAFE

O sociólogo não se encontra colocado diante de uma realidade que ele deveria descrever. O que observa em primeiro lugar são práticas sociais, construídas por categorias que dependem ao mesmo tempo de um campo popular e de relações sociais. A leitura do “texto” social deve terminar em uma análise crítica que demonstre que o texto não tem um autor único, que é a mistura de projetos, de idades e de origens diferentes, cobrindo com a sua aparente continuidade as tensões culturais e os conflitos sociais.

Alain Touraine

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ii
LISTA DE SIGLAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO	1
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	5
1 OBJETO, MÉTODO E CONCEITOS QUE ORIENTAM A PESQUISA	8
1.1 A AGROINDÚSTRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR.....	8
1.1.1 O Programa Fábrica do Agricultor	11
1.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE	13
1.2.1 Sistema e Mundo da Vida	14
1.2.2 A Relação Entre os Subsistemas Estado e Mercado	16
1.2.3 A Política Pública Como Mediadora da Interação Sistema Mundo da Vida.....	17
1.2.4 O Agricultor no Contexto do Mundo da Vida	20
1.3 HIPÓTESE BÁSICA	22
1.4 UNIVERSO E TÉCNICAS DE PESQUISA	23
2 AS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, SUA RELAÇÃO COM O MERCADO E A POLÍTICA PÚBLICA	27
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR EM PAÍSES DE CAPITALISMO AVANÇADO	29
2.1.1 Caminhos e Descaminhos da Política Estatal nas suas Tentativas de Regular a Relação da Agricultura familiar com o mercado	32
2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	35
2.2.1 A Universalidade da Política Agrícola de Modernização	44
3 A INTERAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR COM O MERCADO, MEDIATIZADA PELA POLÍTICA ESTATAL FÁBRICA DO AGRICULTOR	49
3.1 A AGROINDÚSTRIA ARTESANAL COMO ESTRATÉGIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	52
3.1.1 Os Personagens: Agricultores Familiares	54
3.1.2 A Agroindústria Artesanal	58
3.2 A ADEQUAÇÃO AO MERCADO POR INTERMÉDIO DA REGULAÇÃO ESTATAL	63
3.3 LIMITES PARA A RACIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL DO AGRICULTOR FAMILIAR.....	73
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS	90

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA TRANSFORMAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ALIMENTOS.....	53
TABELA 2 – ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA FAMÍLIA E CONTRATADOS PERMANENTES.....	55
TABELA 3 – TAMANHO DA PROPRIEDADE EM HECTARES.....	56
TABELA 4 – NATUREZA DA FORÇA DE TRABALHO.....	57
TABELA 5 – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS POR UNIDADE DE PRODUÇÃO.....	58
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DA PROPRIEDADE.....	61
TABELA 7 – RENDA SUBESTIMADA DA PROPRIEDADE.....	66
TABELA 8 – INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO/ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	71
TABELA 9 – ASPECTOS QUE OS AGRICULTORES LEVAM EM CONSIDERAÇÃO QUANDO TOMAM DECISÕES SOBRE AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS.....	76

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEASA – Central de Abastecimento do Paraná

CLASPAR – Empresa Paranaense de classificação de Produtos

CODAPAR – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná

DERAL – Departamento de Economia Rural

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

IAPAR – Instituto Agrônomico do Paraná

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa

RESUMO

Esta dissertação aborda a relação da produção agrícola familiar com o mercado e a instituição estatal, mais precisamente ressalta os limites para a racionalização econômico-administrativa das atividades no interior de uma unidade de produção familiar. Sua referência empírica são as unidades de produção familiares da região Sudoeste do Estado do Paraná, que têm na atividade de elaboração e, ou, transformação artesanal de alimentos uma estratégia para integrar-se ao mercado com vistas em garantir a reprodução da unidade familiar. Contrapondo-se a essa estratégia surge a interferência da instituição estatal, que, por meio da política pública Fábrica do Agricultor, propõe a regularização legal e sanitária dessa atividade. Revendo a literatura sobre a agricultura familiar no Brasil, conclui-se que a reprodução da atividade foi possibilitada, até bem pouco tempo, por mérito dos próprios agricultores, graças às estratégias que foram capazes de elaborar. A prioridade dos agricultores familiares, inicialmente, foi garantir a produção dos alimentos necessários para consumo da família. Conseguem isso aliando a policultura à criação de animais que fornecem alimentos e força de trabalho. A parte da produção que excedia o consumo era comercializada ou trocada por produtos de primeira necessidade que não eram produzidos na unidade de produção. A necessidade de prolongar o prazo de validade dos alimentos mais perecíveis deu origem à prática de elaborar e, ou, transformar artesanalmente algum produto, cujo excedente passou a ser vendido diretamente nos domicílios dos consumidores. Muitas dessas unidades de produção especializaram-se na industrialização de um determinado produto, fato que veio a resultar nas, assim chamadas, agroindústrias familiares. Enquanto opera na informalidade, o agricultor goza de uma relativa independência ante os mecanismos de controle do Estado e do mercado: não paga impostos, nem tem preocupação com escala de produção. Mas, em 1999, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do governo do Paraná instituiu o programa que denominou Fábrica do Agricultor, que objetiva a modernização e adequação da estrutura funcional, bem como o enquadramento da atividade agroindustrial às normas sanitárias. Acontece que os investimentos necessários para modernizar as instalações e adquirir equipamentos modernos, assim como os custos com a burocratização legal da atividade, demandam recursos que estão além das capacidades de uma empresa familiar. Para se enquadrar às exigências do mercado a agroindústria familiar passa a depender do desenvolvimento de políticas públicas, que forneçam recursos financeiros subsidiados e serviços de técnicos para auxiliarem os agricultores a implementarem as adequações exigidas. E isso precisa ser feito respeitando a lógica que rege a organização do trabalho no interior da unidade de produção familiar.

ABSTRACT

This thesis approaches the relationship of domestic agricultural production with the market and the state institution; more precisely it emphasizes the limits for the economical-administrative rationalization of the activities inside a unit of domestic production. Its empiric reference are the domestic units of production in the Southwest area of the State of Paraná, which present in the elaboration activity and, or, craft transformation of foods a strategy to integrate into the market with intentions of guaranteeing the reproduction of the domestic unit. Opposing to this strategy, the interference of the state institution appears which, by means of the Farmer's Factory public politics, proposes the legal and sanitary stabilization of that activity. By reviewing the literature on domestic agriculture in Brazil, it is concluded that the reproduction of this activity was turned possible, not long ago, due to the own farmers' merit, thanks to the strategies that they were able to elaborate. The domestic farmers' priority, initially, was to guarantee the production of the necessary foods for the family consumption. They succeeded combining mixed farming to the raising of animals that provide foods and workforce. The part of the production that exceeded the consumption was marketed or exchanged by products of first need that were not produced in the unit of production. The need to extend the expiration period of the most perishable foods was the leitmotif to the practice of elaborating and, or, transforming some product craftily, whose surplus started to be sold directly at the consumers' homes. Many of those units of production became specialized in the industrialization of a certain product, fact that turned out into the so called, domestic agribusinesses. While it operates in the informality, the farmer enjoys a relative independence before the control mechanisms of the State and of the market: he doesn't pay taxes, nor he is concerned with production scale. But, in 1999, the Secretariat of Agriculture and Provisioning of the government of Paraná State established the program that was named Farmer's Factory, which aims at the modernization and adaptation of the functional structure, as well as the framing of the agroindustrial activity concerning sanitary rules. However, it happens that the necessary investments to modernize the facilities and to acquire modern equipments, as well as the costs with the legal bureaucratization of the activity, demand resources that are beyond the capacities of a domestic company. To frame into the demands of the market the domestic agribusiness starts to depend on the development of public politics that supply subsidized financial resources and technicians' services to help the farmers to implement the demanded adaptations. And that needs to be done respecting the logic that governs the organization of the work inside the unit of domestic production.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está embasado empiricamente no estudo de caso realizado com as unidades de produção familiares elaboradoras e, ou, transformadoras de alimentos, de agora em diante denominadas agroindústria do agricultor familiar, nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Vitorino e Coronel Vivida, no Sudoeste do Paraná. Trata-se de unidades que, na sua grande maioria, organizam suas atividades internas em torno ao trabalho dos membros da família, mantêm uma produção diversificada, e têm na “industrialização artesanal” de um produto em especial uma fonte de renda complementar.

Com este estudo, busca-se compreender como os agricultores familiares, apesar de terem suas atividades profundamente inseridas numa economia de mercado, dominada pela racionalidade econômico-instrumental, conseguem conservar o trabalho organizado em bases familiares, mantendo unidas as categorias propriedade dos meios de produção e trabalho. Quer-se, com isso, entender quais são os mecanismos que possibilitam a convivência entre essas duas lógicas, aparentemente, contraditórias.

Desta forma, o presente trabalho pretende contribuir com o debate a respeito do desenvolvimento da agricultura familiar, no contexto da sociedade capitalista contemporânea. Por tratar-se de um estudo sociológico, detém-se nos fatores que tornam possível a reprodução social e material da atividade agrícola em uma unidade familiar no momento em que sua produção econômica se defronta com a necessidade eminente de tornar-se viável pelas regras do mercado.

As primeiras análises sobre o desenvolvimento do sistema capitalista de produção faziam crer que seria irreversível o triunfo da racionalidade instrumental do mercado sobre as formas tradicionais de integração social. Os autores marxistas, por exemplo, previam que o futuro da agricultura estaria condicionado à sua subordinação ao capital e ao desenvolvimento da indústria. Marx (1980, p. 705-709), com base naquilo que se observava na Inglaterra, à sua época, observa que a propriedade livre do próprio cultivador da terra que surgiu

da decomposição da propriedade feudal, constituiu etapa necessária do desenvolvimento da agricultura. Porém, ao se instalar, o capitalismo subordina a agricultura ao capital, transforma a agricultura, que deixa os processos de cultivo empíricos e prisioneiros da tradição e passa a aplicar, de maneira consciente e científica a agronomia. Separa de toda a terra, como condição de trabalho a propriedade e o cultivador. A propriedade fundiária adquire sua forma econômica, despindo-se de todos aqueles tradicionais ingredientes. Por sua vez Kautsky (1968) avalia que o desenvolvimento do capitalismo arruína as bases de sustentação da pequena produção porque provoca o extermínio da indústria doméstica entendida como complemento normal dela, em virtude do desenvolvimento da grande indústria.

É fato inegável, que no Brasil a modernização da agricultura se deu condicionado ao desenvolvimento da indústria, no afã de se criar um mercado consumidor para os produtos industrializados: insumos, defensivos e implementos agrícolas, incentivando para tal, a produção comercial em grande escala. Por conta disso, a pesquisa, o desenvolvimento de novas tecnologias e, mesmo, os incentivos financeiros e os subsídios para a produção, sempre privilegiaram os estabelecimentos agrícolas que comportassem grandes investimentos.

A alternativa encontrada por aquele contingente de agricultores de pequena escala ou familiar que foram excluídos dos planos e projetos governamentais de desenvolvimento, principalmente aqueles que tinham suas atividades inseridas em maior grau no mercado, foi a sua articulação aos setores capitalistas: agroindústrias, cooperativas e comerciantes. Os segmentos formados por complexos agroindustriais, tanto aqueles que José Graziano da Silva (2003) chama de “complexo com três pés”, formado pela indústria a montante, a produção agrícola e a agroindústria, como aqueles denominados por ele “complexos agroindustriais incompletos” de inter-relações agricultura-agroindústria de processamento, foram os que mais se destacaram.

Tudo parecia indicar que a indústria para a agricultura acabaria por subjugar a atividade de produção agrícola, impondo a esta a adoção dos mesmos

critérios de organização da produção que aquela adota: a substituição do trabalhador individual pelo trabalhador coletivo; a especialização do trabalhador em turmas que plantam e turmas que colhem; até mesmo a divisão do trabalho, como uma posição dentro da empresa para o trabalhador braçal, para o trabalhador técnico, com diferentes níveis de qualificação. Porém, isso só ocorreria, caso houvesse uma ação unilateral da razão instrumental do mercado, e não houvesse a reação dos sujeitos históricos que entram em relação nesse processo. Isso muda na medida em que se levam em conta as estratégias que esses sujeitos, principalmente aqueles que produzem nas pequenas unidades de produção, inventam para encontrar formas alternativas de inserir sua produção na economia de mercado e garantir sua reprodução social.

É evidente que, em grande medida, a modernização, por meio da introdução de máquinas, elementos químicos, mudança de ferramentas e mudança de culturas, com a introdução de novas variedades, transformou a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva e mecanizada, vindo a inaugurar uma nova maneira de produzir. Isso, porém, não se dá de forma generalizada; continuam a existir, paralelamente às unidades de produção modernizadas e mecanizadas, aquelas unidades onde os agricultores, mesmo utilizando-se de insumos modernos, seguem produzindo de maneira artesanal. Ainda existe o trabalhador individual que continua a cuidar do plantar e do colher. Nas unidades de produção familiares de pequeno porte são os mesmos membros da família que planejam, fazem a plantação e realizam a colheita.

Este segmento, formado por aqueles agricultores familiares que possuíam uma maior independência em relação ao mercado, e aqueles que se negaram a ver sua unidade de produção integrada de forma vertical como produtora de matéria-prima para a agroindústria, tiveram que adotar estratégias para possibilitar a sua reprodução social e econômica, como categoria de produção. Essas estratégias de sobrevivência, de início mais social do que econômica, como aquela motivada pela necessidade de prolongar o prazo de validade dos alimentos, por meio da sua transformação, fizeram com que viessem, apesar das dificuldades e dos

obstáculos enfrentados, a se constituir, em alguns casos, como unidade de produção beneficiadora e transformadora de alimentos, dando origem às agroindústrias familiares artesanais.

É essa capacidade de se impor e superar desafios, desse último segmento, que se analisa neste trabalho. Recorrendo ao apoio da pesquisa bibliográfica sobre o tema e a pesquisa empírica, estudam-se aqui alguns dos mecanismos encontrados ou inventados pelos agricultores para fazerem frente às pressões vindas do sistema. O sistema aqui é diferenciado nos subsistemas mercado e Estado que, mediante os meios de controle econômicos e políticos de que dispõem, procuram racionalizar e burocratizar as estratégias dos agricultores, aqui tidas como estratégias do mundo da vida, condicionando-as a se adequar e se adaptar à racionalidade instrumental do mercado. Quer-se entender como os agricultores familiares lidam com estas investidas do Estado que, com os meios política pública e legislação, cumprindo sua função de dirimidor de conflitos, tenta, a todo o momento, enquadrar suas iniciativas às regras do mercado.

A pequena agroindústria de transformação do agricultor familiar, enquanto produz de forma artesanal, mantém unidas as categorias propriedade dos meios de produção e trabalho, e opera no mercado informal, consegue guardar certa independência em relação aos imperativos do sistema. Mas, a partir do momento em que a política estatal propõe medidas para enquadrar a atividade agroindustrial do agricultor à legislação fiscal e tributária, atribuindo a ela os mesmos deveres que são exigidos da agroindústria capitalista, a sua própria reprodução socioeconômica parece ficar ameaçada. Isso porque, esse enquadramento demanda altos investimentos financeiros em estrutura física e equipamentos modernos, bem como acrescenta despesas com assessoria contábil e tributária, acompanhamento de técnico especializado da área sanitária, custos e investimentos que só são amortizáveis com aumento da produção e a possibilidade de inovar continuamente, conforme a lógica capitalista. Acontece que a pequena empresa familiar possui limites que vêm definidos tanto em relação ao tamanho da propriedade quanto em relação à dependência de fatores naturais e climáticos não previsíveis; fatores que a diferenciam de uma empresa

eminentemente capitalista. Essa equiparação altera a razão de ser da atividade de transformação tal qual ela foi inserida pelo agricultor familiar, exigindo a substituição gradativa da lógica de produção tradicional que orienta as ações por uma orientação racional-instrumental.

Essa mudança de orientação exige dos agricultores uma transformação no comportamento e uma readequação da estrutura produtiva que está além das suas capacidades individuais e das próprias possibilidades de uma unidade de produção familiar. Com isso, a reprodução socioeconômica da agroindústria do agricultor familiar, e conseqüentemente da unidade de produção familiar, passa a depender que a administração pública estatal faça uso da autoridade legítima que o Estado assume nas sociedades modernas, como responsável para realizar o planejamento global que previne as crises e corrige as disfunções do desenvolvimento do sistema econômico. E, por meio de medidas de política pública, crie, sempre que necessário, as condições para que a atividade do cotidiano dos agricultores possa adaptar-se aos âmbitos de ação formalmente organizados ou sistemicamente estruturados, sem perder suas características específicas.

Tendo em vista as condições que acima foram expostas, trabalha-se com as variáveis: estratégias do mundo da vida e políticas públicas compensatórias, como sendo elementos complementares e indispensáveis para a reprodução da atividade em uma unidade de produção familiar plenamente integrada ao mercado. Entende-se aqui essa combinação como condição imprescindível, também, para a viabilização da atividade agroindustrial do agricultor familiar como atividade complementar da atividade agrícola.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para concretizar os objetivos propostos para a realização deste trabalho, julgou-se conveniente estruturá-lo em três capítulos. No primeiro capítulo são apresentados *o objeto, a metodologia e os conceitos teóricos*. Já no segundo capítulo nos propomos a realizar, à luz da revisão bibliográfica, uma reflexão

sobre *as condições de reprodução da agricultura familiar no capitalismo contemporâneo, sua relação com o mercado e as políticas públicas*. A intenção é que o conteúdo do primeiro e do segundo capítulos sirvam de referência para a interpretação da pesquisa de campo, levada a efeito no terceiro capítulo, com o título, *a interação da agroindústria do agricultor familiar com o mercado, mediatizada pela política estatal Fábrica do Agricultor*.

Conforme já assinalado acima, o primeiro capítulo contém a metodologia, e é nele que se expõem as categorias que embasarão argumentação, formula-se a hipótese básica e se elencam as técnicas utilizadas para realizar a pesquisa de campo bem como a interpretação dos dados. Os autores que fornecem a base teórica para a análise explicitada neste capítulo são basicamente Jürgen Habermas e Claus Offe.

A proposta para o segundo capítulo, mesmo considerando as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, é encontrar o lugar da agricultura familiar no contexto do capitalismo contemporâneo, situando-a em relação às demais atividades produtivas. Para a concretização desse objetivo, os estudos desenvolvidos por Lamarche e Abramovay, entre outros, constituíram a base para situar a agricultura familiar no contexto de um país de capitalismo avançado. Conta-se, ainda, com o apoio dos estudos dos autores brasileiros Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, José Graziano da Silva, entre outros, para contextualizar a agricultura familiar num país de capitalismo dependente como o Brasil. Esses estudos dão o embasamento necessário para analisar-se qual foi o caminho percorrido pelos agricultores familiares para construir o seu espaço.

Por meio dessas análises, que remetem aos contextos da época em que cada um desenvolveu os seus estudos, procurou-se entender o lugar que o desenvolvimento do capitalismo reservou para a pequena agricultura – camponesa, familiar, como se queira chamar – que preserve a união entre propriedade dos meios de produção e trabalho. Isso, tendo claro, também, conforme assinala Hugues Lamarche (1993: 23), que “a exploração familiar

transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive”.

No terceiro capítulo estão contempladas as informações coletadas na pesquisa realizada com os responsáveis pelas unidades de produção, que desenvolvem alguma forma de atividade agroindustrial, denominadas agroindústrias familiares. Foram analisadas trinta entrevistas realizadas em diversos municípios do Sudoeste do Paraná. Entre as unidades de produção pesquisadas, foram encontradas agroindústrias do ramo leiteiro, do tipo que pasteuriza envasa e comercializa, com a entrega do produto nos domicílios dos consumidores, ou que transforma o leite em queijo; agroindústria de produção de açúcar mascavo; de aguardente; agroindústria de abate de aves e abate de suínos, e agroindústria de filetagem de peixe.

A partir destes procedimentos e destas análises, busca-se entender como a lógica camponesa, que preza pela reprodução da família, a preservação do patrimônio, lógica tradicional, consegue conviver com a lógica racional moderna. Para tanto, analisa-se se a política pública Fábrica do Agricultor consegue atingir seu objetivo como instrumento de mediação para promover a integração da agricultura familiar ao mercado.

1 OBJETO, MÉTODO E CONCEITOS QUE ORIENTAM A PESQUISA

1.1 A AGROINDÚSTRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR

Denomina-se agroindústria do agricultor familiar, ao empreendimento implantado na unidade de produção agrícola familiar, que beneficia produtos agropecuários ou transforma matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal. Empreendimentos em que a gestão é desenvolvida pelos próprios agricultores familiares, e a tomada de decisão também é de competência deles; em que a mão-de-obra familiar é a base nos dois setores da cadeia produtiva, tanto primário quanto secundário, independente de contar, complementarmente, com mão-de-obra contratada de forma temporária, e até permanentemente.

O aporte tecnológico geralmente se origina da própria família do agricultor ou do agente de extensão rural. E a produção da agroindústria familiar, tanto dos produtos *in natura* como dos transformados, destina-se basicamente ao mercado local.

A prática da elaboração e, ou, transformação de alimentos faz parte da própria história da agricultura familiar e da cultura dos agricultores. Constitui-se a partir de motivações de natureza econômica e social. Tem início com o objetivo de atender ao consumo da família e, na seqüência, abastecer o mercado local com o excedente. A motivação de ordem econômica visa à agregação de valor aos produtos, via transformação artesanal ou semi-artesanal dos produtos que os produtores rurais não conseguem comercializar *in natura* e daqueles que excedem o consumo. Dentre as motivações sociais mais relevantes destacam-se a permanência do produtor na propriedade rural e a manutenção da integridade familiar via envolvimento de todos os membros da família na produção, inclusive das donas de casa.

A matéria-prima principal utilizada é produzida pelos próprios agricultores. Eventualmente é adquirida uma pequena parte de terceiros, em geral de outros agricultores próximos. É na utilização da matéria-prima produzida

pelos próprios agricultores proprietários da agroindústria que se caracteriza a agregação de valor aos produtos agropecuários. Ao contrário de vender os produtos primários em condições desfavoráveis de preços e prazos, a agroindustrialização possibilita adição de valores relativos à venda de um produto mais acabado e, em geral, pronto para o consumo.

Os estudos realizados por pesquisadores acadêmicos e pelas instituições governamentais, por Vieira (1998), Prezotto (2002), pela Secretaria da Agricultura do Município de Londrina (2001) e pela Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina (2002), entre outros, destacam que a pequena agroindústria torna-se uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Além disso, esse tipo de empreendimento oferece a possibilidade de descentralização regional da produção, ao aproximar as agroindústrias da produção da matéria-prima; de redução do custo de transporte; de ampliação e descentralização das oportunidades de ocupação; de utilização adequada dos dejetos e resíduos; e de diminuição das migrações desordenadas. Essa visão de desenvolvimento, segundo Prezotto (2002), valoriza o meio rural, proporcionando uma melhor utilização do espaço territorial, bem como a busca da recuperação e preservação ambiental. Esse processo pode favorecer, ainda, um desenvolvimento local e regional mais equilibrado, principalmente nos pequenos municípios. Nesses locais, o estímulo para a melhoria de sua economia está condicionado ao surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a reaplicação da rendas da agricultura no próprio município e arredores. Uma consequência imediata é o surgimento ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento do consumo de alimentos, de vestuário e calçados, de eletrodomésticos, de pequenos equipamentos, ferramentas e materiais de construção e de outros insumos usados na produção e na industrialização agropecuária.

Porém, é necessário dizer que esse modelo de agroindustrialização descentralizado não representa a solução de todos os problemas ou necessidades dos agricultores familiares ou do espaço rural. Ele deve ser entendido e

trabalhado como parte de um conjunto de ações e de outras atividades articuladas entre si, que busquem construir um desenvolvimento local sustentável nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar.

Os estudos acima citados também chamam a atenção para o fato de que as atividades de agroindústria familiar tendem a não ser sustentáveis por si só. A partir do momento em que se vêem confrontadas com a necessidade de enquadrar-se às regras de concorrência estabelecidas pelo mercado, começa a ficar evidente que a agroindústria familiar tem peculiaridades que são incompatíveis com o comportamento de uma empresa capitalista convencional. Entre as dificuldades apontadas estão: visão do produtor orientada apenas para a organização da produção; desinformação sobre procedimentos burocráticos de autorização e registro de funcionamento das atividades da agroindústria; baixa capacidade de investimento devido à falta de capital de giro; falta de linhas de crédito a taxas acessíveis e de mecanismos de facilitação do acesso a elas; baixo conteúdo tecnológico dos equipamentos; burocracia excessiva decorrente da necessidade de interação dos produtores com uma grande quantidade de órgãos e profissionais resultando em perda de tempo e custos elevados; pouco aporte tecnológico e gerencial; pouca capacidade de assimilar informações técnicas, gerenciais e mercadológicas; pouca capacidade de adaptação às mudanças econômicas, particularmente nos períodos de maior instabilidade econômica; falta de uma política eficiente de marketing e comercialização que propicie a ampliação do mercado dos produtos ofertados localmente.

Atento a esses fatos, este estudo de caso vai buscar entender, no âmbito dos agricultores, como eles lidam com essas dificuldades. Ademais, a modernização e a legalização da atividade de transformação não são uma escolha que eles fizeram, mas correspondem a uma conformação às exigências dos meios reguladores da concorrência do mercado. Daí por que se busca entender em que medida os mecanismos de mediação propostos pela política pública, por meio do Programa Fábrica do Agricultor (descrito na seqüência), dão conta de fornecer as condições necessárias para o agricultor adequar sua produção às regras do

mercado, sem com isso comprometer a reprodução socioeconômica da atividade agrícola em bases familiares.

1.1.1 O PROGRAMA ESTATAL FÁBRICA DO AGRICULTOR

O Programa Fábrica do Agricultor é uma ação do governo do Estado do Paraná levado a efeito pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Conta com o apoio das empresas vinculadas, Central de Abastecimento do Paraná (CEASA), Empresa Paranaense de assistência técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR). Prevê, também, a realização de parceria com a vigilância Sanitária dos municípios para a realização dos procedimentos de inspeção sanitária.

Segundo os responsáveis pela implantação do programa, a tradição no processamento de alimentos, com melhor aproveitamento da produção, é característica comum de algumas etnias, principalmente, alemães e italianos, normalmente oriundas de locais onde o clima gera adversidade para a agricultura em determinadas épocas do ano. Com isso, surgiu a necessidade de processar os alimentos, aumentando sua conservação e enriquecendo a dieta da família. O processamento se dava na cozinha da casa, realizado principalmente pelas mulheres, absorvendo o excedente sazonal da produção ou os excedentes diários. Desta forma, nos dias atuais, observa-se que nas regiões com predomínio de etnias com tais tradições o hábito do processamento foi incorporado aos costumes locais. Isto gerou uma estrutura física para a atividade e mão-de-obra capacitada, constituída por pessoas facilmente treináveis e adaptáveis ao trabalho nas agroindústrias artesanais. Os anos de trabalho dedicados à transformação de um único produto geraram um elevado grau de especialização. Surgiram, desta maneira, produtos e formulações específicas a cada região agrícola, como vinhos, queijos, embutidos, sucos farinhas, frutas secas etc.

O programa tem por objetivo, conforme documentos oficiais, dar formação ou capacitação, profissionalização aos produtores familiares que já tenham tradição na industrialização ou beneficiamento de alimentos. Por isso, oferece quatro componentes técnicos considerados, segundo a versão oficial, fundamentais para o sucesso do programa e dos empreendimentos, que no seu conjunto gerarão segurança aos negócios: tecnologia; marketing; incentivos; mercado e comercialização. Visa, assim, possibilitar a produtividade, a viabilidade econômica e a sanidade no processamento de alimentos (SEAB, 1999).

A função do Programa Fábrica do Agricultor, tendo em vista a modernização da agroindústria familiar, é articular parcerias entre instituições públicas e instituições de representação social, visando oferecer suporte estratégico para a legalização sanitária, ambiental e jurídico-fiscal; facilitar a abertura de linhas de crédito; dar apoio à comercialização; desenvolver o marketing dos produtos da agroindústria familiar. Também se propõe a investir em capacitação, profissionalização e assistência técnica especializada, com vistas em possibilitar uma maior integração do agricultor ao mercado, garantir a qualidade aos produtos industrializados, preparando o empreendedor para o gerenciamento de seu agro-negócio. O seguinte trecho do documento da Secretaria da Agricultura e Abastecimento sintetiza a função do Programa Fábrica do Agricultor:

“As ações do programa se propõem a realizar análise de viabilidade econômico-financeira da intenção de negócio; suporte estratégico para a legalização sanitária ambiental e jurídico-fiscal; parcerias entre instituições públicas e privadas e também entre instituições de representação social; apoio à comercialização, buscando a integração do produtor ao mercado, através de criação de espaços em supermercados, feiras municipais, regionais e estaduais, pelo apoio à formação de centros de comercialização de forma associativa e do turismo rural; apoio à criação de rótulos, embalagens e logomarcas para o produto; capacitação, profissionalização e orientação de assistência técnica especializada; orientação e identificação de linhas de crédito de financiamento para investimento e capital de giro; apoio em centros de referência tecnológica para a pequena agroindústria familiar; padronização da qualidade do produto transformado de acordo com as exigências de mercado; participação em novos mercados para o produto da agroindústria familiar; divulgação dos produtos da agroindústria familiar; informações sobre cursos de capacitação, programação de feiras e eventos, cadastro de especialistas, perfis agroindustriais e lista de fornecedores de insumos e serviços; apoio à organização de forma coletiva para compra de insumos,

assistência técnica e para comercialização de produtos transformados beneficiados com uso da NOTA DO PRODUTOR RURAL, sem perder a característica de agricultor familiar, de acordo com os Decretos 1823/00 e 3076/00” (SEAB, 2000)

Conforme se pode observar, o Programa Fábrica do Agricultor propõe-se a corrigir os pontos deficientes do processo de produção nas unidades agrícolas familiares que empreendem a elaboração e, ou, transformação de alimentos, até então, em moldes artesanais, elevando-as à categoria de empresas formais. Diante disso, este estudo propõe-se a analisar em que medida uma estrutura de produção correspondente a uma empresa capitalista é condizente com a atividade intermitente, sazonal e em consequência disso limitada, como a que é praticada em uma pequena propriedade.

1.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A análise deste trabalho está inspirada nas categorias *sistema e mundo da vida* retirada da teoria da ação comunicativa desenvolvida por Habermas. Segundo a teoria de Habermas (1989), a sociedade é estruturada em dois níveis: sistema e mundo da vida. Por sua vez o sistema diferencia-se nos subsistemas economia e Estado, e efetua suas interações com o mundo da vida na forma de relações de intercâmbios.

Para analisar o instrumental político que faz a articulação ou mediação entre os agricultores e o mercado, este trabalho inspirou-se na categoria da *regulação política dos conflitos gerados na economia*, também de Habermas, que é complementada pela categoria da *interdependência estrutural entre produção política e produção privada*, desenvolvida por Claus Offe.

No mundo da vida rural tem-se como referência de análise o agricultor familiar cuja categoria social é definida pelos autores Chayanov (1981), que formula uma teoria explicativa do modo de funcionamento das unidades familiares de produção agrícolas; já, Lamarche (1993) analisa a relação-adaptação da agricultura familiar aos contextos políticos e socioeconômicos; complementando esse referencial, os conceitos elaborados por Maria Nazareth

Wanderley (1999) servem de base para esclarecer o processo de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.

1.2.1 Sistema e Mundo da Vida

Segundo Habermas (1989), com a consolidação do capitalismo, o sistema econômico diferencia-se e se separa das demais instituições sociais. Com o aumento da complexidade social, desenvolveram-se os subsistemas racionais economia e Estado, seguidos por seus respectivos meios reguladores dinheiro e poder, os quais desempenham as suas funções na economia e na área burocrática, dirimindo as pretensões de validade conflituais com o auxílio de mecanismos de regulação sistêmicos.

O sistema integra as atividades da sociedade no sentido de regular as conseqüências não pretendidas da ação estratégica, por mecanismos de mercado ou burocráticas que limitam o escopo das decisões voluntárias. O subsistema administrativo é representado pelo Estado, que utiliza a lógica estratégica do poder, por meio do código negativo da sanção. Já o subsistema econômico é representado pelo mercado, fundando-se na lógica estratégica do intercâmbio, valendo-se do código positivo da recompensa.

Segundo Habermas (1983), os conflitos são contidos por mecanismos de despolitização, em que o Estado garante as condições gerais de produção e reprodução por meio da lei e da ordem que proporciona, de modo intersistêmico, a educação, transporte, comunicação etc., mas deixam o mercado inviolável, no sentido de atuar como mecanismo autônomo de troca e distribuição de bens e serviços. Já, a função do mercado é liberar a ordem política das pressões em favor da legitimação, no sentido da lei. Ou seja, o conceito de sistema refere-se às implicações funcionais das ações para a reprodução de uma sociedade determinada.

Nesse contexto, pretende-se identificar a intervenção de política pública Fábrica do Agricultor, como a ação de um meio de controle do subsistema político sobre a atividade de elaboração e, ou, transformação artesanal de

alimentos do agricultor familiar. Uma ação que quer, com isso, criar as condições para que a racionalidade do mercado possa aí se instalar e assumir a direção do processo de produção, podendo, assim, passar a presidir as relações de troca.

Acontece que na unidade de produção agrícola familiar, segundo Chayanov (1981), trabalho e vida não são duas dimensões cindidas, um organismo único produz, com base no objetivo de gerar, não só os meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida.

Essa ação do sistema via política pública realiza-se em âmbitos do mundo da vida do agricultor familiar, ou seja, sobre as atividades do cotidiano desses personagens que buscam desenvolver estratégias para manutenção de sua reprodução material e simbólica.

Conforme Habermas (1989), o mundo da vida constitui o âmbito onde os indivíduos procuram dominar a situação, definir e realizar projetos, tendo em vista seus interesses. Constitui o espaço social em que a ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa, calcada no diálogo e na força do melhor argumento em contextos interativos, livres de coação. A ação que se desenvolve tendo em vista a consecução de um tema, trata de maximizar benefícios e evitar riscos e fracassos. Para isso são utilizados acervos de conhecimento, experiências que foram estruturados temporalmente ou organizados socialmente. E nele a estratégia de aversão ao risco pode ser vista como uma forma de maximização da utilidade, específicas a determinadas condições sociais.

O mundo da vida refere-se à reserva de tradições implicitamente conhecidas, desenhadas pelos indivíduos na vida cotidiana. No caso dos agricultores familiares que constituem o objeto desta pesquisa, a atividade de elaboração e, ou, transformação de alimentos pode ser resumida como o desenvolvimento de um conhecimento que evoluiu na prática, como resposta às necessidades de encontrar alternativas para garantir a reprodução do seu modo de vida. Como indivíduos que crescem numa tradição cultural e participam na vida social, eles interiorizam valores e normas, competências para agir e desenvolvem as suas identidades sociais e individuais: a sua personalidade. Conforme

Habermas (1989), a personalidade é a responsável por desenvolver competências que se convertem para um indivíduo em capacidade de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam para tomar parte dos processos de entendimento e para firmar neles sua própria identidade.

1.2.2 A Relação Entre os Subsistemas Estado e Mercado

Conforme Habermas (1983), na fase de capitalismo avançado a legitimação do sistema é dada por meio de um programa de substitutivos que não é mais orientado pelas conseqüências sociais da instituição do mercado, mas pelas conseqüências de uma atividade de Estado que compensa as disfunções da troca livre. Os conflitos gerados na produção são transferidos para a esfera política. Segundo Claus Offe, a função de estruturação da sociedade é preenchida pela política estatal.

“A produção política persegue os objetivos de pôr à disposição do processo de produção privada, de forma permanente e com baixos custos, bens infra-estruturais. Em contrapartida o poder público depende, indiretamente, através de mecanismos do sistema tributário, do volume da acumulação privada. Desta forma já não são só os agentes do processo de acumulação que estão interessados em instrumentalizar o poder estatal, mas são também os agentes do poder estatal que, a fim de assegurar sua própria capacidade de funcionamento, obedecem, como seu mandamento mais alto ao imperativo da constituição e consolidação de um desenvolvimento econômico favorável” (OFFE, 1984: 123).

Com base nessa relação de interdependência, Offe (1984) define a política do Estado capitalista como o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem constantemente o acordo e a compatibilidade entre as determinações estruturais.

O elo entre as estruturas políticas e as econômicas da sociedade capitalista é a forma mercadoria. Em conseqüência disso, a estratégia geral da ação do Estado, consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca. Enquanto cada proprietário conseguir introduzir a sua propriedade em relações de troca, não há razão para o Estado intervir no processo privado de alocação (OFFE, 1984: 125). Acontece que a dinâmica do

desenvolvimento capitalista apresenta, histórica e economicamente, uma tendência permanente à paralisação da viabilidade de mercado dos valores, ou seja, à interrupção das relações de troca.

O Estado tende crescentemente a usar a estratégia da criação política das condições nas quais se torne possível uma relação de troca eficaz entre sujeitos jurídicos e econômicos. Dessa forma, pode-se entender a política estatal como uma tentativa de criar e preservar as condições sob as quais possa se perpetuar o processo de troca mediante os valores da sociedade capitalista.

Na medida em que as relações de troca não decorrem naturalmente da dinâmica do mercado, mas são produzidas e causadas por estratégias estatais visíveis, de caráter político e administrativo, o valor de troca factual que cada unidade de valor: força de trabalho ou capital, alcança no mercado aparece como duplamente determinado, de um lado, por medidas políticas e de outro, por estratégias individuais e pelas contingências dos processos “naturais” de mercado. Nessas circunstâncias, os recursos individuais com os quais se pode entrar no ato da troca se apresentam como algo que, pelo menos em parte, depende dos pré-requisitos produzidos pelo Estado. Da mesma forma, para os proprietários de capital, o seu sucesso depende menos de sua coragem de assumir riscos, de sua capacidade de inovação e de sua competência empresarial que dos resultados da política estatal, na área, por exemplo, dos impostos, dos investimentos em pesquisa científica, tecnológica e dos investimentos de infra-estrutura (OFFE, 1984: 137).

Em relação à viabilização da produção agrícola tendo em vista a sua adaptação aos mecanismos do mercado, a atuação do Estado não pode ser diferente. Uma política pública assume a função de instrumento de mediação do processo.

1.2.3 A Política Pública Como Mediadora da Interação Sistema Mundo da Vida.

O conceito habermasiano de sociedade, articulado em dois níveis, exige que se distingam a perspectiva do sistema e a perspectiva do mundo da vida. A autonomia dos subsistemas mercado e Estado pressupõe a diferenciação do mundo da vida nos âmbitos culturais independentes, o que permite o desenvolvimento do sistema legal formalizado e submete o mundo da vida a uma racionalidade cognocitivo-instrumental. Esta racionalidade avança para além dos

limites do mercado e do Estado e obtém o seu domínio a expensas da racionalidade ético-política e estético-prática no âmbito cultural.

O sistema econômico estabelece relações nas quais se trocam, numa direção, salários por desempenho da força de trabalho e, na outra direção, mercadorias, na forma de bens e serviços, dando origem à figura do consumidor.

Como a esfera da vida privada e a esfera da opinião pública representam âmbitos de ação estruturados comunicativamente, que não vêm regulados através de meios de controle, as relações de intercâmbio só podem ocorrer através de dois meios. Da perspectiva do mundo da vida, em torno a estas relações de intercâmbio cristalizam-se os papéis sociais de trabalhador e consumidor, por um lado, e de cliente das burocracias públicas e de cidadãos, pelo outro (HABERMAS, 1989, p.453).

O sistema, por meio dos subsistemas Estado e mercado, relaciona-se com o mundo da vida pelos meios de controle poder e dinheiro.

Da perspectiva dos subsistemas economia e Estado as interações com as esferas do mundo da vida com que limitam em cada caso se efetuam em formas de relações de intercâmbios conectados em paralelo. O sistema econômico intercambia salário por trabalho (como input específico), e bens e serviços (como output específico), pela demanda dos consumidores. A administração pública intercambia realizações organizativas por impostos (como input específico) e decisões políticas (como output específico) pela lealdade da população (Idem, p. 452).

Conforme Habermas, os meios dinheiro e poder só podem regular as relações de intercâmbio entre sistema e mundo da vida, à medida que os produtos do mundo da vida se ajustam aos meios de controle experimentando um processo de abstração real que os reduzem a *inputs* do correspondente subsistema, o qual só pode se pôr em relação com seus contextos mediante o meio de controle que lhes é específico. Por isso, sempre que o mundo da vida se vê na necessidade de adaptar-se, em seu intercâmbio com o sistema de ação econômico ou administrativo, a um meio de controle sistêmico, precisa experimentar uma abstração real.

Assim como o trabalho concreto tem que transformar-se em trabalho abstrato para poder intercambiar-se por salário, assim também as orientações conforme a valores de uso, as opiniões articuladas publicamente e as manifestações particulares têm que transformar-se, de certo modo, em preferências do consumidor e em lealdade generalizada, para poder ser intercambiadas, respectivamente, por bens de consumo e por liderança política (HABERMAS, 1989, p. 456)

O agricultor familiar participante do programa estatal Fábrica do Agricultor, por exemplo, ao assumir o papel de cliente da administração pública e cidadão, é chamado a desligar-se dos contextos do mundo da vida e adaptar seu comportamento a âmbitos de ação formalmente organizados. Para isso ele recebe uma prestação específica da organização política, na forma de recursos subsidiados para empreender as adequações necessárias para modernizar a sua propriedade e acompanhamento técnico. Por sua vez a organização estatal espera dele como contrapartida maior produtividade e incorporação de inovações tecnológicas.

Segundo Habermas (1989), a penetração das formas de racionalidade econômica e administrativa em âmbitos de ação especializados na tradição cultural e na integração social conduz a uma racionalização unilateral ou uma coisificação da prática cotidiana. Dito com outras palavras, a racionalização do mundo da vida leva a uma desvalorização do saber tradicional, porque sugere uma sobreposição do saber técnico-científico.

Essa sobreposição pode ser observada com relação à proposição da instituição estatal, que por meio da política pública Fábrica do Agricultor propõe a racionalização econômica e administrativa para as unidades de produção familiares que elaboram e, ou, transformam artesanalmente algum produto agrícola ou animal oriundo da sua propriedade. Pode-se ver nesse processo a mediação dos meios de controle sistêmicos (legislação e conhecimento técnico), no sentido de reestruturar a estratégia do cotidiano dos agricultores. A reestruturação do processo produtivo no interior da unidade de produção familiar proposta pelo programa Fábrica do Agricultor adota a forma de uma colonização na medida em que exige a substituição do saber tradicional pelo saber técnico-científico, transferindo, assim, o poder de decisão sobre o processo de produção do âmbito de ação do agricultor para o âmbito do sistema: para o Estado e o mercado.

1.2.4 O Agricultor no Contexto do Mundo da Vida

Nesse quadro de ajustamento ao sistema situa-se o agricultor familiar estruturado produtivamente mediante lógicas que lhes são específicas.

Conforme Chayanov (1981), a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais valia. “Na unidade de produção agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens” (Chayanov, 1981: 137). Para Chayanov, “uma simples observação da estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra” (idem). Quem trabalha é o agricultor e sua família.

Na unidade de produção familiar o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho ou pelo investimento do capital. É com esse rendimento indivisível que o produtor deverá prover, ao mesmo tempo, a empresa familiar dos recursos produtivos que necessita, e a própria família do fundo de consumo necessário à sua manutenção. Muito freqüentemente, a dimensão reduzida desses rendimentos, associada à vinculação entre capital e trabalho na unidade familiar, leva o produtor a procurar opções e a definir estratégias (WANDERLEY, 1989, p. 32).

A modalidade de elaboração e, ou, transformação de alimentos, por se tratar de uma atividade que é acrescida às demais atividades do cotidiano do agricultor, também tem seus critérios de funcionamento fundamentados na mesma lógica que orienta as decisões relacionadas às demais atividades praticadas no interior da unidade de produção familiar. Portanto, não há uma divisão do trabalho nos moldes de uma empresa capitalista, nem mesmo a separação entre o produto da fábrica artesanal e os demais produtos resultantes da atividade de multicultivo.

É importante destacar, como faz Hugues Lamarche (1993: 21), que “se a exploração familiar está um pouco presente em toda parte do mundo, apesar das numerosas tormentas econômicas e políticas que ela teve que enfrentar, é sem dúvida graças à sua capacidade de adaptação”. Apesar de ter que se adaptar aos contextos socioeconômicos próprios das sociedades, as quais a obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua organização social. Conforme Lamarche, “as explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam ou puderam adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas, às instabilidades climáticas ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado” (idem).

As unidades de produção familiares que estão em dificuldades são aquelas em que os agricultores estão desprovidos de praticamente todo o seu patrimônio sociocultural, seja porque renegaram profundamente a maior parte dos valores que os constituem, seja porque seus pais, por diversas razões, não julgaram oportuno transmitir-lhes tais valores. Ao perder esse patrimônio, eles perderam também um capital de conhecimentos por meio dos quais poderiam encontrar soluções alternativas (LAMARCHE, 1993, p. 21).

Conforme Maria de Nazareth Wanderley (1999: 24), a agricultura familiar brasileira tem características particulares que são o resultado dos enfrentamentos de situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a esse patrimônio sociocultural, com o qual deve adaptar-se às exigências e aos condicionamentos da sociedade brasileira moderna. Segundo Wanderley (1999: 37), “do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que ele dispõe internamente no estabelecimento familiar e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro”. De certa forma, os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Segundo Wanderley (1999: 43), desde o período colonial, os chamados cultivadores pobres livres sempre buscaram alternativas econômicas que os

integrassem positivamente à economia local e regional. E, até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural dos agricultores familiares a busca de produto ou produtos comercializáveis que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado.

Com relação à utilização de trabalho de terceiros, conforme Afrânio Garcia (1989), isso decorre da necessidade de diminuir a auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico; como consequência, sentencia Santos (1978: 43), “a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar”.

Por sua vez, a introdução de técnicas, equipamentos e instrumentos de trabalho modernizados encontra limitações quando aplicadas às pequenas propriedades, correndo o risco de virem a se converter simplesmente em mecanismos de poupança de tempo, servindo apenas para a diminuição da auto-exploração da mão-de-obra familiar e não resultar em aumento da produção.

1.3 HIPÓTESE BÁSICA

O estudo de caso que se realizou, apresenta uma situação em que o sistema administrativo, pelo meio de controle poder, por intermédio da política pública denominada programa Fábrica do Agricultor, procura sistematizar uma estratégia do mundo da vida dos agricultores: a agroindústria artesanal do agricultor familiar, para equipará-la a uma empresa formal. Neste intercâmbio, o sistema oferece compensações, na expectativa de que o agente do mundo da vida convença-se a abandonar sua forma de agir e venha a adotar um outro estilo de comportamento: o comportamento racional. Por sua vez, o agente do mundo da vida, ao assimilar o conteúdo desse conhecimento técnico, o reelabora juntando a ele seu conhecimento prático, convertendo-o em conhecimento aproveitável para a sua atividade cotidiana.

A interdependência a que essa abordagem conduz, sugere a formulação da seguinte hipótese: Para que o Estado atinja seu objetivo de legalizar a produção agroindustrial na unidade agrícola familiar, sem comprometer a reprodução

socioeconômica dessa unidade, duas condições serão indispensáveis: que o trabalho no interior da unidade produtiva continue a ser organizado com base na lógica familiar do fazer e o agricultor possa continuar a fazer uso do conhecimento prático como parâmetro para equilibrar a adoção dos conhecimentos técnicos; e que a administração pública conceda, complementarmente, as adaptações legais, subsidiando, sempre que necessário, os componentes técnicos e jurídicos que dela serão cobradas para que possa enquadrar seus produtos às exigências do mercado.

Em suma, já adotando o conceito habermasiano, a reprodução da agroindústria do agricultor familiar dependerá da manutenção de uma relação equilibrada entre os âmbitos de ação das instituições do sistema e os âmbitos de ação do mundo da vida, e, em grande medida, da utilização que se faça dos mecanismos utilizados para regular os intercâmbios.

1.4 UNIVERSO E TÉCNICAS DE PESQUISA

O estudo das unidades de produção familiares elaboradoras ou transformadoras de alimentos, denominadas agroindústrias do agricultor familiar, no Sudoeste do Paraná, está embasado: nas percepções dos agricultores sobre a prática agroindustrial, nas informações dos técnicos da EMATER dos núcleos regionais de Pato Branco e Francisco Beltrão, das vigilâncias sanitárias municipais, das Secretarias municipais da Agricultura, documentos produzidos pela Secretaria da Agricultura estadual e estudos desenvolvidos na região.

Para realizar o levantamento das unidades de produção que comporiam a amostra da nossa pesquisa de campo, contou-se com o auxílio dos técnicos da Emater e dos responsáveis pela implementação do programa Fábrica do Agricultor. Foram eles que forneceram as listagens com os endereços das unidades de produção inscritas no programa.

O universo de pesquisa corresponde às unidades de produção familiares que elaboram ou transformam alimentos a partir da matéria-prima oriunda da propriedade, nos municípios de Pato Branco, Coronel Vivida e Vitorino, da

microrregião de Pato Branco, mais os municípios de Marmeleiro e Francisco Beltrão, da microrregião de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Estado do Paraná, e que fazem parte do programa. (ver mapa anexo 2)

Inicialmente, tinha-se a intenção de trabalhar apenas com as agroindústrias familiares da microrregião de Pato Branco, pois a primeira informação fornecida a este pesquisador pelo técnico da EMATER responsável por essa microrregião dava conta de que existiam mais ou menos 30 unidades de produção familiares que transformavam ou elaboravam alimentos, inscritas no Programa Fábrica do Agricultor. Porém, à medida que se tomava conhecimento da real situação, constatou-se que um grande número dessas unidades de produção que estavam cadastradas no programa junto à EMATER, em verdade, não passava de projetos idealizados pelos responsáveis pela implantação do programa, no afã de dar ao programa uma legitimidade, embora aparente. O que ocorre é que essa microrregião não tem uma equipe de apoio para desenvolver exclusivamente as políticas previstas no programa. Devido a isso, muitos agricultores desistiram do projeto, outros tantos preferiram continuar a produção artesanal, em grande medida por não disporem de recursos e por falta de orientação.

Ao constatar-se a defasagem entre os números apresentados pelos órgãos de extensão rural e o número real existente de participantes do programa na microrregião de Pato Branco, tornou-se forçosamente necessário a ampliar a área de abrangência da pesquisa. Então, a pesquisa foi estendida aos municípios de Marmeleiro e Francisco Beltrão que possuem características semelhantes àquelas encontradas na microrregião de Pato Branco. Esses dois municípios contam com o apoio mais consistente de técnicos tanto da EMATER como das Secretarias municipais da Agricultura. Com essa ampliação, reconstituiu-se o universo previsto inicialmente, atingindo os números acima estabelecidos de 30 unidades de produção elaboradoras e, ou, transformadoras de alimentos inscritas no programa Fábrica do Agricultor.

Trabalha-se com o conceito de agroindústria do agricultor familiar. Por isso estabeleceu-se como critério a exigência de que a unidade de produção transformasse ou elaborasse, prioritariamente, matéria-prima produzida pela

família, e, que estivesse enquadrada no programa Fábrica do Agricultor desde o seu início, o ano de 1999. Isso fez com que, daquele universo que nos foi apresentado, pelo programa como agroindústria familiar, se chegasse a uma amostra de 30 unidades de produção, distribuídas da seguinte forma: cinco unidades de produção no município de Pato Branco; uma no município de Vitorino; oito no município de Marmeleiro; quinze unidades de produção no município de Francisco Beltrão e uma no município de Coronel Vivida. A distribuição por atividade é a seguinte: onze da atividade leiteira; oito produtoras de queijo; quatro de açúcar mascavo; uma de cachaça; duas produtoras de filé de peixe; três de abate de aves e uma de abate de suínos.

Desde os primeiros contatos com os agricultores, e mesmo pelas informações obtidas junto aos técnicos, pôde-se perceber que havia resistências às imposições institucionais de regulamentar a sua estratégia ou, parafraseando Habermas, de monetarizar e burocratizar a sua atividade. Daí a necessidade de captar informações que levassem a entender quais são os mecanismos que estão agindo no sentido de possibilitar que a atividade familiar ao se inserir no mercado mantenha a sua base de produção.

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: questionário (anexo) com questões previamente estruturadas; anotações de comentários de entrevistados, que embora não estivessem previstas no questionário tinham relação com o tema da pesquisa, e observações.

Os instrumentos de pesquisa foram preparados visando privilegiar a captação de informações que permitissem pôr em prova a hipótese do trabalho. Para isso, estabeleceram-se questões que pudessem fornecer dados para entender-se se a iniciativa de elaboração e, ou, transformação de alimentos havia surgido da prática do cotidiano, ou a partir de uma sugestão dos técnicos agrícolas em consequência de alguma política governamental; dados que permitisse compreender a posição dos agricultores sobre a introdução de equipamentos e instrumentos modernizados, bem como sobre o enquadramento da sua atividade às normas legais e sanitárias. Obviamente, esteve-se atento à captação de dados que nos permitissem analisar como se processam as inter-relações entre o mundo

da vida dos agricultores e a lógica do sistema que age mediante seus meios de controle econômico e político.

Esteve-se atento, também, àqueles fenômenos que, segundo Malinowski (1978), não podem ser registrados por meio de perguntas ou em documentos quantitativos, e, quando observados em sua realidade, são de grande importância para o pesquisador, porque permitem perceber não só o esqueleto, mas também compreender a vida real. Entre estes fenômenos observados estão: a rotina de um dia de trabalho, o comportamento, as reações e os costumes. O pesquisador buscou, a exemplo do que sugere Schutz (In. Minayo, 2000), colocar-se no mundo dos entrevistados, procurando entender os princípios gerais que os atores sociais seguem na sua vida cotidiana para organizar sua experiência e seu mundo social, para, assim, poder desvendar a lógica que dirige o seu modo de agir.

As informações de campo foram coletadas no período de abril a julho do ano de 2004.

2 AS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, SUA RELAÇÃO COM O MERCADO E A POLÍTICA PÚBLICA.

Esta revisão de literatura apóia-se em uma gama variada de trabalhos, de autores europeus que retratam o desenvolvimento da agricultura em países de capitalismo avançado, com uma história de democracia mais consolidada, e alguns autores brasileiros, que analisam a situação da agricultura num país em desenvolvimento, de história política autoritária. Todos eles parecem evidenciar que a reprodução social da agricultura familiar tem sido conseguida graças às estratégias dos próprios agricultores e, principalmente, pelas medidas de política agrícola empreendidas pelo Estado.

As primeiras análises sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista, reconhecidamente economicistas, faziam crer que seria irreversível o triunfo da racionalidade instrumental do mercado sobre as formas tradicionais de integração social. Como a ordem da propriedade transformara-se de relação política em relação de produção, legitimada pela racionalidade do mercado, as condições tradicionais passam a ser cada vez mais submetidas às condições da racionalidade instrumental. O sistema pôde se dar à liberdade de fazer do crescimento das forças produtivas ligadas ao progresso técnico-científico a regra básica do desenvolvimento. Nessa fase de desenvolvimento, a capacidade de incorporar novas tecnologias e inovar permanentemente se converteria em requisito indispensável para aqueles que quisessem se reproduzir num mercado onde os proprietários privados trocam mercadorias. Com base nisso, à medida que fossem sendo submetidas às leis dessa concorrência, as pequenas unidades de produção estariam fadadas ao desaparecimento, isso ocorreria porque elas não reuniam as condições mínimas de preencher os requisitos básicos de escala de produção e lucratividade.

Por sua vez, a agricultura familiar ou camponesa tida, até então, como forma de produção inerente às sociedades tradicionais, que se legitimava pela dominação política e pela tradição cultural e, além disso, pequena, perderia seu

espaço tão logo suas bases tradicionais fossem sendo substituídas pela racionalidade instrumental do mercado.

Todas essas constatações eram verdadeiras para um capitalismo desenvolvido dentro do liberalismo, em que as relações de produção da promessa da troca justa legitimavam o sistema. O que aconteceu, segundo Habermas (1983), é que o capitalismo liberal desapareceu. A difusão de estruturas de mercado oligopolistas e monopolistas modificaram as bases do desenvolvimento do capitalismo competitivo. O mercado desenvolveu “hiatos funcionais”. Então o Estado foi entrando e, por meio do planejamento global, substituiu o mercado no papel de regulador dos conflitos. A partir desse momento o mercado perdeu a capacidade de dirigir a economia. Os recursos passaram a ser alocados por decisões administrativas. Uma vez que a ideologia da troca justa desmoronou, o sistema não pode mais ser legitimado a partir das relações de troca. Por isso surge, no lugar da ideologia da troca justa, um programa de substitutivos, que não é mais orientado pelas conseqüências sociais da instituição do mercado, mas pelas conseqüências sociais de uma atividade de Estado que compensa as disfunções da troca livre (HABERMAS, 1968 P. 318-324).

À medida que a solução das disfunções do sistema é transferida para a esfera do Estado, abre-se espaço para a constituição de uma esfera pública. Conforme Habermas, “uma vez que os conflitos gerados na produção são transferidos para a esfera pública, cria-se um ambiente propício para a consolidação da democracia” (1968, p. 324). A consolidação da democracia, por sua vez, trouxe à realidade a existência dos sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a pura lógica do mercado.

A separação completa entre os produtores imediatos e os meios de produção, bem como a proletarianização total dos camponeses, foi impedida, em parte, pelo mesmo mecanismo que impediu o desaparecimento das pequenas empresas: a democratização da sociedade e a constituição do espaço público que possibilitou que esses sujeitos históricos incluíssem seus interesses no rol das preocupações sociopolíticas. Uma vez incluídos os seus interesses na pauta do Estado, que é o espaço onde se defrontam todos os interesses particulares num

regime democrático, obtiveram resultados conformes a sua capacidade de influenciar nos órgãos de decisão, desse mesmo Estado.

Em países que passaram por longos períodos de regime autoritário, como é o caso do Brasil, os agricultores familiares tiveram que contar, em larga medida, apenas com suas próprias forças, para construir e manter o seu espaço e a sua identidade social. No momento que o país se democratiza e consolidam-se espaços para os grupos incluírem seus interesses na pauta política, a agricultura familiar passa a figurar nos planos de desenvolvimento nacional. Um resgate histórico das políticas agrícolas implementadas pelo governo brasileiro demonstra que foi só a partir do ano de 1994 que se ensaiou o primeiro programa público de financiamento para a agricultura familiar. Na medida em que têm sua atividade econômica profundamente inserida na economia de mercado, e não dispõem de capacidade de integrar-se com suas próprias forças, os agricultores vêem a sua unidade de produção tornar-se progressivamente dependente de apoio do planejamento estatal.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR EM PAÍSES DE CAPITALISMO AVANÇADO

No campesinato a racionalidade econômica era, necessariamente, incompleta, porque seu ambiente social permitia outros critérios de relações humanas que não os econômicos como organizadores da vida. Porém, o agricultor familiar moderno representa uma ruptura em relação ao seu ancestral camponês. A partir do momento em que a racionalidade capitalista passa a presidir as relações de produção agrícolas, muda sua base técnica e, sobretudo, o círculo social. A atividade agrícola transforma-se numa profissão, e o agricultor não produz mais em primeiro lugar para sobreviver, como acontecia com o camponês, e sim para vender num mercado regional, nacional ou internacional (QUEIROZ, 1969).

Conforme Servolin, “a generalidade da agricultura praticada em moldes familiares, bem como o seu desenvolvimento no curso da história

contemporânea, só pode ser compreendida, se admitirmos que nossas sociedades, de alguma forma, preferiram esta forma de produção a outras formas possíveis” (apud. WANDERLEY, 1999)

O Estado assume a função de agente avalizador dos recursos demandados pela pequena agricultura para se modernizar. Faz isso mediante implementação de uma política fundiária que garanta e regule o acesso e a posse da terra, complementando-a com uma política agrícola que oferece créditos subsidiados. Dessa forma, a dependência que de início o agricultor familiar mantinha com o comerciante usurário, do crédito pessoal (dependência local) e, em seguida, do setor bancário hipotecário (dependência regional), é rompida com a interferência do Estado por meio da extensão da política pública. Fato que não elimina a dependência externa do agricultor, apenas a transfere do âmbito local e regional para o âmbito nacional. O agricultor passa a depender da política agrícola desenvolvida pelo governo, mais ou menos favorável, de conformidade com a capacidade que tiver de influenciar nas políticas dos governos de cada época.

Dessa forma, a transformação da terra em equivalente de mercadoria, uma das características básicas de uma agricultura capitalista que, segundo Marx, constituiria um mercado livre de terras, que potencializaria a entrada de novos integrantes capitalistas, e forçaria os mal-sucedidos a abandonar a atividade, não se concretizou nos moldes previstos. Isto porque passou a ser regulado pelo Estado e pelos organismos profissionais, que impediram a formação de um livre mercado de terras. O ingresso de novos agricultores na atividade passa por um conjunto de regras, que nem de longe se reduzem às regras que prevalecem normalmente na compra e venda de mercadorias.

Claude Servolin (1989) chega a conceber a agricultura familiar contemporânea como criatura do Estado e de sua política agrícola, senhor daquilo que produz, do patamar técnico em que opera, de sua própria base fundiária, dos mercados de que depende e até da sua própria renda.

O Estado contemporâneo responde pela reprodução social da agricultura familiar talvez mais do que qualquer outro segmento produtivo da sociedade. Bourdon (1960) caracteriza a agricultura francesa como devoradora de orçamentos. O fundo público é

responsável por 40% da renda agropecuária dos agricultores britânicos (MARSDEN, 1987), quase metade dos franceses (SERVOLIN, 1989), e 40% da dos produtores suíços de leite (VALARCHÉ, 1974). O Estado interfere diretamente na organização dos mercados, no patamar tecnológico em que os produtores operam e também na própria evolução das estruturas fundiárias. (ABRAMOVAY, 1998, p.179-180).

Conforme Servolin, na agricultura de hoje, o comando não está com o agricultor, mas sim entre as mãos de uma esfera pública que orienta e determina a conduta de cada um. No capitalismo contemporâneo a agricultura familiar é certamente uma das atividade econômicas mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos na organização da produção.

Por sua vez Lamarche (1998) afirma que a sociologia das organizações costuma colocar o Estado como agente externo condicionante da empresa familiar. Mas fica difícil considerar o Estado como uma variável externa à unidade de produção, pois, geralmente, uma forte imbricação manifesta-se entre a história de um dado Estado e a própria história da unidade de produção familiar. Essa forma social de produção singular que é a agricultura moderna, sem ser uma pura criatura do Estado, existe, porém, “graças a um conjunto de dispositivos legais e regulamentares dos quais o Estado é o responsável: das políticas fundiárias de acesso à terra, das políticas de crédito para a modernização ou de diversas disposições jurídicas ou regulamentares” (LAMARCHE, 1998: p.272).

Foi com base em sua política de estruturas que o Estado pôde estipular claramente na Europa ocidental uma política de rendas para a agricultura e de preços agrícolas aos consumidores. A política de estruturas tem a função básica de permitir a regulação estatal sobre o nível da oferta agrícola em condições de relativa homogeneidade das rendas no setor. A ação estatal na criação desta nova categoria social de produtores rurais não pode omitir a imensa capacidade que os poderes públicos tiveram de determinar institucionalmente o nível de renda dos agricultores. Mais uma vez aqui, o mercado está longe de ser o fator decisivo de alocação dos recursos produtivos na sociedade. A renda agrícola é um tema decisivo de discussão pública e responde a critérios institucionalmente estabelecidos.

É graças às influências que exerce sobre as políticas agrícolas contemporâneas, que nos países desenvolvidos, o conjunto da classe agrícola preocupada em defender seu modo de produzir consegue política agrícola mais conveniente para esse empreendimento. Encontramo-nos, então, diante de um contexto em que o estado da agricultura desenha-se em função das relações específicas entre a agricultura e o Estado. “As ações legislativas, jurídicas, regulamentares e institucionais do Estado desempenham um papel de primeiro plano na consolidação de um espaço de existência para a unidade de produção agrícola familiar” (LAMARCHE, 1998: p.271). Da mesma forma, Jean também destaca a capacidade de adaptação dessa forma social de produção aos diversos sistemas sociopolíticos e às conjunturas econômicas. Embora o Estado desempenhe um papel decisivo na evolução da unidade de produção familiar, esta manifesta uma capacidade intrínseca de agir que a torna capaz de adaptar os projetos estatais à sua realidade funcional.

Não existe um único fator, no caso o Estado, determinando uma única causa, a permanência da unidade de produção familiar; pode-se observar uma série de estratégias de proteção que foram implantadas pelos próprios agricultores. A forma social de produção agrícola que constitui a unidade de produção familiar é condicionada pela política agrícola, mas não lhe é completamente subordinada.

2.1.1 Caminhos e Descaminhos da Política Estatal nas suas Tentativas de Regular a Relação da Agricultura Familiar com o Mercado

A partir da década de 1950, o desenvolvimento da agricultura em países de capitalismo avançado, como a França, por exemplo, realizou-se sobre a base de uma modernização das unidades de produção agrícola do tipo familiar. A política agrícola posta em prática visava transformar os estabelecimentos tradicionais camponeses em unidades de produção eficientes e competitivos no mercado internacional. Um amplo consenso entre os representantes dos

agricultores, o Estado e os industriais permitiu impor aos agricultores o modelo produtivista sem praticamente nenhuma alternativa (LAMARCHE, 1998).

O tipo de estabelecimento incentivado nesse modelo está em situação potencial de crise de forma quase permanente. Os sistemas de produção foram concebidos de tal forma que os responsáveis pelos estabelecimentos tornaram-se completamente dependentes das contingências externas, seu espaço de liberdade reduziu-se a ponto de serem cada vez menos capazes de regular por si mesmos as diversas situações aleatórias com as quais se defrontam. Por isso, numerosos produtores estão em situação de falência, não podem mais pagar suas dívidas, nem mesmo assegurar o pagamento de seus encargos sociais.

Por volta da década de 1980 o desenvolvimento do modelo produtivista atingiu seus limites. O continente europeu passou a sofrer os problemas ligados justamente a sua modernização acelerada e em larga escala: superprodução, armazenamento de excedentes, danos ambientais provocados tanto pelo emprego de fertilizantes e agrotóxicos quanto pelos próprios sistemas monocultores ligados ao padrão de progresso técnico vigente. A consequência foi o endividamento daqueles que mergulharam a fundo na transformação permanente de suas bases técnicas, nem sempre conseguindo obter o retorno suficiente para amortizar suas dívidas (ABRAMOVAY, 1998).

Às crises econômicas e sociais que atingem regularmente os agricultores – superprodução, queda dos preços, falências –, o poder político responde com medidas pontuais, administrativas, técnicas ou financeiras. É o Estado que define ou gerencia os problemas relacionados ao meio ambiente, às terras retiradas da produção, como no caso do pousio, intervindo na gestão das zonas rurais frágeis, com ajudas e subvenções diversas, nos problemas de poluição agrícola e da qualidade dos produtos. E esse papel torna-se cada vez mais externo, sendo já fixado no quadro do Mercado Comum Europeu, no caso da França e de outros países da Europa.

Como resultado das incertezas geradas pelo mercado, a política para o setor agrícola da Comunidade Econômica Européia tem sido cheia de idas e vindas. Por volta de 1970, o Plano Mansholt propôs uma reestruturação da

agricultura para evitar a superprodução, apontando como alternativa a retirada da atividade de um terço dos agricultores europeus. Vinte e cinco anos depois, em 1991, o comissário Mac Sharry iria apresentar uma nova definição da Política Agrícola Comum, cujo objetivo seria a redução da produção, permitindo a reprodução de um máximo de estabelecimentos. Uma lógica de produção completamente diferente, produzir menos, mais barato, poluindo menos, os aspectos sociais tendo preferência sobre os aspectos produtivos. Tratava-se de abandonar a política tradicional de sustentação de preços e de ajudas proporcionais ao volume de produção para substituí-la por uma política de sustentação aos pequenos agricultores. Assim, as soluções deveriam ser encontradas não mais na melhoria da produtividade, mas na busca de uma melhor rentabilidade (LAMARCHE, 1998).

Conforme assinala Abramovay (1998), no ano de 1989, nada menos que 70% do orçamento da Comunidade Econômica Européia era consagrado à agricultura. Assinala que essas questões não foram colocadas aos agricultores direta e imediatamente no mercado. O nível de produção não respondia apenas à sinalização que recebem do mecanismo de preços, eles não possuíam soberania para reagir autonomamente às mensagens emitidas pelas cotações. Sua resposta passava por uma esfera pública, institucional, negociada, que distribui cotas, fixa rendas, estabelece requisitos técnicos, enfim faz da agricultura, apesar de sua imensa pulverização na oferta, um dos segmentos mais sujeitos ao controle estatal.

Em 2001, os subsídios para a produção situavam-se em torno de dois mil e quinhentos francos por hectare. Para se ter uma idéia, o preço de venda do trigo no mercado, nesse mesmo ano, correspondia a R\$ 208,00 por tonelada; valor que era complementado pelo governo, que destinava ao produtor o correspondente a R\$ 133,00 por tonelada, fazendo com que o agricultor alcançasse um valor de R\$ 341,00 por tonelada, proporcionando-lhe lucro superior a 40%. Não fosse o subsídio, o prejuízo seria de 8%, aproximadamente. (Boletim FAEP, 2001). Fato que demonstra que a competitividade da produção agrícola em geral era viabilizada pelo fundo público para financiamento da produção.

A preocupação com o meio ambiente é outro elemento social incluído em decorrência da socialização dos custos da produção. Neste item, ao estabelecer a obrigatoriedade da preservação de uma determinada área de terra, o fundo de financiamento precisa estabelecer compensações. No caso francês, o agricultor recebe do fundo da Comunidade Européia dois mil francos por hectare de área preservada como incentivo (FAEP, 2001). Logo, é em virtude dos subsídios que os agricultores europeus conseguem desenvolver uma agricultura multifuncional, com ênfase na integração e harmonização entre objetivos econômicos, ecológicos e sociais, tornando a agricultura sustentável.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

De acordo com Florestan Fernandes (1987), o capitalismo não tem um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Os padrões de desenvolvimento capitalista correspondem às realidades específicas das diversas fases do capitalismo internacional. As situações históricas, reais, com seus estamentos e classes, é que definem o padrão de desenvolvimento capitalista.

A visão corrente da criação de uma sociedade capitalista supõe, em termos esquemáticos, a formação no seio da sociedade feudal de uma classe burguesa que, em dado momento ou período de seu desenvolvimento, insurge-se contra o velho sistema e instaura o seu poder político sob os postulados da democracia liberal. Naqueles países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia, desenvolveu-se, segundo Velho (1979), a versão autoritária do capitalismo. Isso porque, nesses países, o Estado burguês antecedeu o aparecimento das relações de produção capitalistas. “Como os países que se lançaram à frente dum ponto de vista capitalista adquiriram uma posição de liderança no sistema internacional que fazia pressão sobre os países atrasados, o Estado foi forçado nesses países a assumir o comando dum processo de modernização e transformação da sociedade a fim de não submergir” (VELHO, 1979, p. 42).

Para Holanda (1984), a realidade brasileira transforma-se a partir do rompimento com o estatuto colonial e seu modelo agroexportador e do desenvolvimento apoiado na cidade e na indústria, que incorpora novos contingentes da população à cidadania. Conforme Ianni (1989), somente a partir de 1920, quando a industrialização avançou consolidando as relações de produção capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas, é que emergiram novos sujeitos sociais, as classes médias, a pequena burguesia, os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, entre eles os pequenos agricultores, que foram assim denominados, possivelmente porque, além de trabalhar no seu pedaço de terra, também trabalhavam para os grandes proprietários. Caio Prado (1966) admite que para produzir um capitalismo identificado com o interesse nacional, a iniciativa privada, que visa ao lucro, não basta. A produção deverá ser controlada, orientada e até regida pelo Estado. O Estado deverá planejar e promover a produção de bens e serviços básicos à massa da população. Esses fatos evidenciam a associação entre capitalismo industrial e Estado. Até então, enquanto predominava o imperialismo comercial, não aparece claramente a presença do Estado.

A entrada em cena de diversos atores e movimentos sociais, incluindo suas reivindicações na pauta das discussões, contribuem para a expansão do papel do Estado na regulação do processo de produção. Em tais condições, pode-se dizer que o tipo de agricultura que é posta em prática em determinado país é uma escolha pactuada entre os atores sociais e políticos desse país.

No Brasil, onde predominou o autoritarismo político, o direcionamento que assumiu o desenvolvimento na agricultura não pode ser considerado como movimento espontâneo, resultado dos mecanismos da livre concorrência, mas deve ser atribuído ao direcionamento imposto e estimulado pelo Estado, à mercê das pressões exercidas pelas frações de classes com maior influência no aparelho estatal.

Conforme Maria de Nazareth Wanderley (1999, p. 38),

no Brasil a grande propriedade, dominante em toda a história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto uma forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade.

A vida dos pequenos agricultores brasileiros, além de precária, tem sido profundamente marcada pela instabilidade. “Os camponeses tiveram que abrir caminho entre as dificuldades alternativas que encontravam: submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente” (WANDERLEY, 1999, p. 40). Nesse nível de precariedade não há como construir um patrimônio familiar.

As fragilidades estruturais da agricultura, o projeto para o futuro, pelo qual as gerações atuais se comprometem com as gerações que as sucedem, pode ser assegurado graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária da terra. Nesse nível de precariedade, certamente, não há como construir um patrimônio familiar. O patrimônio transmitido foi o próprio modo de vida. (Idem).

Wanderley demonstra ainda que desde o período colonial, os chamados cultivadores pobres livres sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto ao mercado interno de produtos alimentares como ao de produtos destinados à exportação. Sempre foi uma orientação comum e natural desses agricultores a busca de produtos comercializáveis. Por outro lado, a essa atividade mercantil soma-se o autoconsumo. É natural, segundo essa autora, que, dispendo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure, antes de qualquer coisa, assegurar o consumo alimentar da família.

A integração ao mercado e a garantia do consumo é fundamental para a constituição do patrimônio sociocultural do agricultor familiar brasileiro. A restrição à simples obtenção direta da alimentação familiar acontece somente

quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para o agricultor (WANDERLEY, 1989).

A experiência do envolvimento nessa dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações e que serviu de base para o enfrentamento da precariedade e da instabilidade. É esse saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interno da família ou do princípio da alternatividade.

Já para Graziano da Silva (1979) a existência de uma fronteira agrícola no interior do país foi a condição que permitiu aos camponeses garantirem a autonomia do seu modo de vida, especialmente pelo fato da existência de terras livres, acessíveis por meio do sistema de posses.

Tendo em vista a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo torna-se, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. A renda obtida com esse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar.

Conforme Graziano da Silva (1979), o fechamento da fronteira amazônica, juntamente com a ocupação da fronteira interna no planalto central, levaria a uma modernização ainda maior da agricultura. A não existência de terras livres obriga a agricultura a capitalizar-se para responder ao crescimento da demanda de alimentos e matérias-primas.

É como se o capital tivesse que criar mais terras e o único caminho possível seja o aumento da produtividade por hectare através das tecnologias biológicas: fertilizantes, sementes melhoradas, novas práticas agrícolas. Para que essa modernização pudesse se difundir e ser auto sustentada, isto é, não depender dos subsídios estatais, a renda do produtor, especialmente do pequeno, precisaria aumentar. A ação do Estado terá que se dirigir não mais apenas como incentivador da produção agropecuária mas principalmente como disciplinador do uso social da terra (SILVA, 1979: p. 69).

Parece evidente que a reprodução da agricultura familiar, no Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores. No entanto, é

importante destacar a repercussão das políticas agrícolas sobre este processo. O Estado, dessa forma, constitui um agente de principal importância, cuja atuação orienta-se ora no sentido da exclusão econômica e social de parcelas importantes da população rural, ora no sentido inverso, de inserção de outras parcelas, ora, ainda, com objetivos clientelistas, por meio de medidas assistencialistas, em muitos casos, meras reprodutoras da miséria rural e urbana.

A partir dos anos 1960, a implantação e a consolidação da indústria de bens de produção para a agricultura – tratores e equipamentos, fertilizantes e defensivos -, paralelamente ao desenvolvimento das agroindústrias processadoras, provocam e, ao mesmo tempo, viabilizam profundas transformações na base técnica do setor agrícola.

Para Graziano da Silva (2003) o crédito rural para custeio e investimento a juros subsidiados tornou-se, inegavelmente, o agente catalisador, a condição necessária da modernização da agricultura. Como sempre, privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos e acelerou a concentração fundiária, a proletarianização dos trabalhadores rurais e o êxodo do campo para a cidade – manifestações típicas de um processo de desenvolvimento capitalista no campo.

De início, a modernização da agricultura brasileira beneficiou a minoria dos grandes produtores rurais, os setores oligopolistas da indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, as agroindústrias processadoras de matérias-primas e os bancos repassadores de recursos do crédito. Aos pequenos agricultores familiares, enquanto ficaram esquecidos pelo crédito estatal, restou a alternativa de articularem-se com setores capitalistas: basicamente os grandes proprietários, agroindústrias, cooperativas e comerciantes.

No momento em que a agricultura familiar passa a figurar nos programas para o desenvolvimento da agricultura, isso é feito com a preocupação de incrementar a produtividade com base na absorção de insumos modernos, com o estímulo das equipes de extensão rural governamentais. Conforme demonstrado por Wilkinson (1986), nos documentos oficiais, o crédito é visto essencialmente

como um mecanismo para evitar a descapitalização provocada pela dependência do capital mercantil local e como o fator crucial que permite a aquisição dos insumos modernos e implementos que conduzem ao aumento da produtividade, à diversificação voltada a produtos mais lucrativos e para o aumento da renda disponível. Fato que leva Graziano da Silva (2003) a concluir que a tecnificação ou modernização representou mais uma imposição do que uma oportunidade conquistada. E o seu sentido maior foi um só: “uma maior subordinação do pequeno produtor ao capital agroindustrial” (WILKINSON, 1986, P. 19). Isso fica claro na medida em que o acesso ao crédito de custeio tinha como contrapartida a aquisição do pacote tecnológico: sementes selecionadas, adubos e defensivos.

O processo de modernização da agricultura eleva o consumo intermediário de insumos que são incluídos no processo produtivo, aquisição de sementes, defensivos, fertilizantes, rações para animais, aumentando a dependência da agricultura do setor externo.

Em termos históricos, a intervenção do Estado estimulando a mecanização da agricultura pode ser vista como uma tentativa de conformar a agricultura às necessidades da acumulação de capital comandada pelo setor urbano-industrial. O instrumento central foi a política de financiamento. O crédito rural permitiu derrubar o velho esquema de subordinação ao capital comercial usurário, que dominava até então amplamente o processo de comercialização dos produtos agrícolas. Também criou um mercado sólido e crescente para o sub-setor industrial que produz insumos, máquinas e equipamentos para o setor agrícola.

A principal característica do crédito foi sua amarração direta à utilização de insumos e práticas predeterminadas pelo Estado de acordo com procedimentos técnicos considerados modernos. Não se tratou, porém, de uma política isolada de favorecimento da indústria para a agricultura, mas de parte de uma estratégia mais ampla de favorecimento da indústria em geral. Em termos da indústria, o crédito para o investimento nesse primeiro período significou a ampliação e, em alguns casos, a formação do mercado para seus produtos. Na perspectiva da

agricultura, permitiu que as unidades de produção implantassem a base tecnológica mínima que as capacitaria para o consumo corrente de insumos e máquinas produzidos pelo setor industrial (DELGADO, 1990).

Isso sugere que a agricultura se integra ao processo de acumulação capitalista nas mesmas condições que foram impostas aos outros setores da produção – com seu desenvolvimento condicionado ao desenvolvimento global da economia. Os esforços do Estado, por meio de instituições públicas e privadas, órgãos de financiamento e de pesquisa ligados à agricultura, e a questão de ordem social passaram sempre pela modernização da agricultura e pela sua integração à dinâmica da expansão capitalista – a integração agricultura-indústria.

É notório, porém, que a imposição da modernização e a crescente necessidade de tecnificação da produção rural tornaram a atividade impraticável em uma pequena propriedade pelos critérios do mercado. Em poucos casos, o aumento da rentabilidade conseguido com a introdução de processos modernizados amortiza os aumentos de recursos materiais investidos. É como se o agricultor empreendesse uma “marcha sobre a esteira”. Ao final de cada safra obteria, se não prejuízo, pelo menos uma soma zero como resultado do seu investimento.

Sabe-se, porém, que a agricultura tem caráter social, porque tem a função de alimentar a humanidade. O custo final dos alimentos influi no comportamento dos salários dos trabalhadores urbanos. Em consequência disso, as despesas com a produção de alimentos precisam ser socializadas por toda a sociedade, que contribui de forma indireta, por meio dos subsídios concedidos aos agricultores pelo fundo estatal. Esse fato faz com que o investimento governamental na agricultura familiar produtora de alimentos justifique-se muito mais nas funções globais que representa para a economia do que na capacidade que o setor representa para o processo de acumulação capitalista. A mesma regra se aplica, também, para à produção comercial realizada nas grandes propriedades, que apesar de comportar os custos da tecnificação e da modernização, e ainda assim,

recebem os incentivos preferenciais do Ministério da Agricultura. Isso fica claro quando se consultam documentos internos desse órgão referentes à safra 2004-2005. Observa-se aí que esse setor da agricultura é contemplado com praticamente 80% dos recursos disponibilizados pelo governo brasileiro para a agricultura.

Ao confrontar a realidade da agricultura familiar no Brasil com o estágio de desenvolvimento verificado em países de capitalismo avançado (discussão feita na seção 2.1), pode-se concluir que também aqui se verifica um processo de transição relacionado ao desenvolvimento do capitalismo. À medida que a industrialização vai avançando, a agricultura vai sofrendo transformações modernizantes. Conforme um estudo realizado em diversos países, subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos, sintetizado no livro coordenado por Hugues Lamarche, *Agricultura Familiar: comparação internacional*, lançado no ano de 1998, essa transição vai do tipo camponesa ou de subsistência, enquanto o país é subdesenvolvido, passando para agricultura moderna nos países em desenvolvimento, para se tornar predominantemente do tipo empresa familiar, ou tipo empresa, simplesmente, nos países de capitalismo avançado.

Encontramo-nos diante de uma agricultura em processo de transição, no qual a ação do Estado é fator preponderante. Das diversas teorias que tentam explicar a sobrevivência, a permanência ou mesmo o fim próximo da unidade de produção familiar, várias concedem ao Estado um papel decisivo, seja por meio das políticas fundiárias de acesso à terra, seja pelas políticas de crédito para a modernização ou de diversas disposições jurídicas ou regulamentares.

A grande questão que se levanta é sobre as perspectivas da agricultura familiar diante do intenso processo de modernização. Questiona-se, por exemplo, se o modelo da agricultura familiar moderna, forma em que se encontra boa parte das unidades de produção brasileiras, não irá desaparecer com o tempo, em proveito dos modelos clássicos, do tipo empresa, conforme característica observada nos países de capitalismo avançado. Do ponto de vista da viabilidade

ou da continuidade da característica familiar, a forma moderna, parece mais adequada, uma vez que continuaria a priorizar o multicultivo, estando a salvo das conseqüências imprevisíveis a que conduz a agricultura familiar, a especialização exigida pela produção agrícola do tipo empresa. Depende, em parte, do processo econômico destes próximos anos e, em parte, da capacidade do Estado brasileiro de dotar-se de uma política agrícola e de sua capacidade de impô-la aos diversos parceiros sociais.

Pode-se questionar se seria possível apressar esse processo de adequação para que a política agrícola se proponha a cumprir não só com as novas exigências de viabilidade econômica das unidades de produção agrícolas, mas também encampe o projeto para adequar a exploração agrícola à exploração equilibrada dos recursos ambientais. Apesar de todas as evidências apontarem para a superação do modelo de desenvolvimento que prima pela política de incentivos proporcionais aos volumes de produção nos países desenvolvidos, as políticas agrícolas implementadas pelo governo brasileiro ainda se inscrevem dentro desse modelo.

Nos meios acadêmicos, apenas agora se observam alguns estudos reconhecendo a superação do modelo de desenvolvimento da agricultura mediante a ocupação e a incorporação de novas fronteiras. No meio político, encontra-se na pauta do Congresso Nacional, por exemplo, um projeto que sugere ocupação de grande parte da Amazônia para ser utilizada como lavoura para a produção de cereais e a implantação de pastagens para a criação de animais. Com exceção dos movimentos agroecológicos, parece que mais ninguém, nem mesmo os responsáveis pela política estatal, está preocupado com a crise do modelo baseado no crescimento da produção, que leva, conseqüentemente, a uma super-exploração do espaço, aumentando, com isso, os danos ao meio ambiente. Aliás, a questão agrária que está em evidência atualmente é a necessidade da efetivação de uma ampla reforma agrária. Por sua vez, o setor do agronegócio, expressando-se nos projetos apresentados pelas suas lideranças políticas, indo na contramão da história do desenvolvimento da agricultura, propõe o fim dos subsídios à produção agrícola.

O fato real é que a sustentabilidade da agricultura, bem como a sua viabilização econômica e socioambiental no capitalismo contemporâneo, tem sido implementada e regulada pelo Estado. Cumpre essa função como instituição responsável por constituir e regular o fundo de financiamento público para a produção em geral. Apesar de a agricultura familiar constituir um setor importante no ramo da produção agrícola, por ser a responsável, em larga medida, pela produção dos alimentos básicos para as populações urbanas, isso não tem feito dela um setor especialmente privilegiado. Ao contrário, a reprodução dessa atividade social conta, em grande medida, com as alternativas que os próprios agricultores criam para garantir sua sobrevivência. Um exemplo disso é a atividade de transformação ou a elaboração de algum produto de origem agrícola ou animal, feita pela família do agricultor com a finalidade de angariar renda em determinados períodos do ano, nas chamadas entressafras (objeto de análise no capítulo 3).

A nova situação da agricultura familiar exige que se repense o seu papel na estrutura produtiva nacional, com medidas adequadas de políticas agrícolas adotadas pelo Estado, transformando-a numa coluna importante do aparelho produtivo nacional. O modelo que se desenvolveu nos países industrializados e se impôs como referência para o mundo enfrenta uma grave crise, não apenas econômica, mas também ecológica (LAMARCHE, 1998). Essa crise convida a refletir sobre a necessidade de os países em desenvolvimento encontrarem sua própria solução em vez de continuar a imitar os modelos adotados pelos países desenvolvidos economicamente.

2.2.1 A Universalidade da Política Agrícola de Modernização

John Wilkinson, analisando o programa do governo brasileiro para o pequeno produtor do Nordeste (Polonordeste), observa que as estratégias básicas de intervenção no setor de pequena produção têm um significado mais que regional. “O estímulo à integração ao crédito orientado oficial através de taxas de juros e limites de financiamento diferenciados para pequenos produtores pode ser

entendida como parte da política nacional” (1986, p. 20). Conforme Wilkinson, “quaisquer que sejam as especificidades da política regional ou setorial para a agricultura, os parâmetros ou a forma dessa intervenção estão sendo definidos segundo os termos estabelecidos pela subordinação da produção agrícola à agroindústria” (Idem, p. 21).

O efeito da indústria de processamento é a transformação progressiva de todos os produtos agrícolas em matérias-primas, inclusive a produção de alimentar.

Além disso, com a criação de novos mercados internos para culturas de exportação (álcool de cana-de-açúcar, óleo comestível de soja) e a integração de produtos alimentares básicos ao rol dos insumos agroindustriais (milho para ração animal, leite para queijos e iogurtes, produção de frangos em massa para o mercado de congelados, mandioca para álcool), a tradicional dicotomia mercado interno/mercado externo, produtos nobres/produtos básicos é rompida, e com ela a concomitante setorialização da agricultura em “tradicional e “moderna” (WILKINSON, 1986, p. 18).

Embora deixando claro que a política de modernização não se faz apenas com a industrialização da agricultura, Ferreira e Brandenburg (1985) concordam com a tese da generalização da política agrícola de modernização da agricultura. Em um trabalho sobre a modernização e contratualização na agricultura paranaense, os autores afirmam que “a modernização da agricultura no Paraná é extremamente exemplificadora do processo de transformação pelo qual o setor agroalimentar brasileiro está passando”. Conforme esses autores,

a dinâmica ou vias de efetivação destas profundas mudanças, sobretudo na produção agrícola no meio rural, ali se desenrolaram nas suas formas mais típicas: a utilização de instrumentos de política agrícola, desde mecanismos creditícios até programas especiais de subsídios ao custo de certos insumos e/ou equipamentos; a montagem de uma rede de assistência técnica ao agricultor no sentido de difundir culturas diferentes; a incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas; o incentivo à formação de cooperativas para viabilizar as transformações desejadas; e o estímulo à agroindustrialização (1995, p. 65).

Conforme observam Ferreira e Brandenburg (1995, p. 65): “a agricultura integrou-se crescentemente às agroindústrias, ao capital financeiro e, direta ou indiretamente, aos setores de comercialização e distribuição, colocando-se em sintonia com mercados internos e externos”. De um modo geral, a integração em alguns produtos típicos vincula os agricultores que os produzem às indústrias de

transformação, sejam elas empresas, sejam unidades industriais de cooperativas. Há, segundo esses autores, uma semelhança marcante entre os produtos ditos integrados: a predominância da contratualização dos pequenos e médios estabelecimentos. Mas, apesar de esse processo de integração desenvolver formas maiores ou menores de transferência do processo de gestão da agricultura aos segmentos da rede por meio dos contratos de produção, em que a indústria de transformação é que determina como, quando e quanto produzir o produto integrado, esses estabelecimentos continuam sendo conduzidos pelo trabalho direto de agricultores familiares. Mas o fato mais importante a ser destacado é que, na maioria dos casos, o agricultor continua a praticar a policultura, integrando apenas um ou alguns produtos resultantes da atividade da família na sua unidade de produção.

Conforme estudo realizado por Abramovay (1981), entre 1950 e 1970 os colonos do Sudoeste do Paraná experimentaram uma fase de grande prosperidade. A explicação, segundo ele, encontra-se na propriedade da terra que retira o grau de incerteza do arrendamento e nas terras férteis cujo tamanho permitiu a rotação de terra e a boa produção de cereais. Contribuiu para isso, também, a tradição dos agricultores (economia mercantil e técnicas mecanizadas com trabalho animal). Outros fatores importantes foram a expansão do mercado urbano e o desenvolvimento do sistema agrícola baseado na unidade policultura-criação, que caracterizou a economia da agricultura familiar (Apud: CORONA, 1999, p. 94-95).

Fim da autonomia técnica, dependência dos insumos industrializados e especialização com o declínio do regime de policultura foram as conseqüências da modernização. A industrialização era o centro irradiador do processo de desenvolvimento implantado pelo governo brasileiro. Desse modo, a agricultura tornou-se importante espaço a ser aproveitado para a colocação dos produtos industrializados, principalmente, pela indústria para a agricultura: máquinas e insumos. Como conseqüência, a agricultura teve que se especializar para otimizar o aproveitamento dos insumos que incorpora.

Em 1979, no Paraná, 40% dos recursos destinados ao financiamento para custeio estavam voltados à aquisição de corretivos, defensivos, fertilizantes e sementes (IPARDES, 1981). Conforme pesquisa realizada por Hieda Corona no Sudoeste do Paraná, “o adubo químico, que era usado apenas em 10,2% das unidades de produção agrícolas em 1970, passou a ser utilizado por 45% das unidades de produção em 1980. [...] O uso de força de trabalho animal que era de 44% e a mecânica 2,9%, passaram a ser de 56% e 44% respectivamente, no mesmo período” (CORONA, 1999, p. 99-100). Para a autora, as unidades de produção que se modernizaram foram as que tiveram acesso aos financiamentos subsidiados e, em consequência, às inovações tecnológicas.

Apesar do direcionamento imposto pelo sistema, que aparentemente não deixava alternativa aos agricultores familiares, a não ser a integração e a crescente submissão da sua atividade às demandas da agroindústria capitalista, conforme estudos apontados anteriormente, muitos agricultores buscaram uma saída alternativa. Refere-se aqui à prática de elaboração e/ou processamento artesanal de parte daquilo que produzem na própria unidade de produção, com venda direta ao consumidor. Esses agricultores, apesar de não estarem isentos das influências dos processos econômicos e das políticas modernizantes, não venderam toda a sua produção *in natura*, mas passaram a transformar, preferencialmente, um dos produtos resultantes da atividade familiar na unidade de produção. Com essa estratégia, objetivam não só agregar valor ao seu produto e conseguir renda em épocas de entressafra para arcar com as despesas resultantes da modernização, como energia elétrica manutenção e combustível, por exemplo, mas, principalmente, manter certa independência em relação à forma de gerir sua atividade.

Assim como as demais, as unidades de produção familiares que optaram pela transformação de algum produto agrícola ou animal também adotam, até ao limite de suas possibilidades, as inovações modernizadoras. Muitas até já tiveram alguma experiência como integrada e se retiraram em algum momento de crise no setor; outras se mantêm integradas com um produto – frango, por exemplo –, mas continuando com uma produção diversificada.

A prática do multicultivo de produtos básicos para a alimentação com a venda dos excedentes e a transformação artesanal de um produto, com sua venda no mercado informal, na maioria dos casos diretamente ao consumidor – em alguns casos mantendo um produto integrado –, formam a base da estratégia de reprodução social das unidades de produção familiares. É esse o aspecto a ser analisado no capítulo 3.

3 A INTERAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA DO AGRICULTOR FAMILIAR COM O MERCADO, MEDIATIZADA PELA POLÍTICA ESTATAL FÁBRICA DO AGRICULTOR

A história da agricultura familiar no Brasil pode ser sintetizada como o registro das lutas dos agricultores para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. A estrutura fundiária com base na grande propriedade manteve-se em praticamente toda a história, como modelo socialmente reconhecido, recebendo por isso todo o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. A agricultura familiar acabou ocupando um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. No que dependeu dos governos, a agricultura familiar foi, até bem pouco tempo, um setor bloqueado e impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção. Em decorrência disso, a consecução de um projeto para o futuro pôde ser assegurada graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária. Os agricultores familiares tiveram que abrir caminho entre as dificuldades alternativas que encontravam, transmitindo como patrimônio a seus descendentes o próprio modo de vida (WANDERLEY, 1999: 38-40).

A sobrevivência do produtor rural familiar foi sendo assegurada, em meio a todas essas dificuldades, em virtude das estratégias que inventaram para terem acesso a atividades estáveis e rentáveis. Eles, por conta própria, buscaram alternativas econômicas que se articulassem em dois níveis complementares. Por um lado, há o acesso a uma atividade mercantil por meio de alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto o mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados à exportação. Sempre foi uma orientação comum desses agricultores a busca de produto ou produtos comercializáveis que fossem o carro-chefe do sistema produtivo adotado. Por outro lado, a essa atividade mercantil soma-se o autoconsumo. Essa dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do

consumo – é fundamental para a constituição do patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro. A experiência do envolvimento nessa dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e serviu de base para o enfrentamento da precariedade e da instabilidade (WANDERLEY, 1989, p. 43-44).

Para se adaptar às exigências da agricultura moderna, o agricultor familiar continua a contar, na maioria dos casos, com as suas próprias forças. Isso porque a agricultura praticada em grandes propriedades ou de exportação continua a receber os estímulos expressos nas políticas agrícolas. Mesmo sabendo que a agricultura familiar responde por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas hoje no Brasil, reconhecidamente, garantidores de ocupação, renda e oferta de alimentos de qualidade e diversificados¹, o governo brasileiro ainda investe neste segmento menos 23% do montante dos recursos financeiros destinados ao setor agrícola. Dos 32 bilhões previstos para o financiamento da safra 2004-2005, apenas 7 bilhões destinam-se a financiar a produção agrícola praticada em estabelecimentos familiares (Ministério da Agricultura, 2004).

É importante destacar que, nos últimos anos, apesar de os recursos destinados ao setor ainda se situarem bem aquém das reais necessidades, a agricultura familiar progressivamente tem merecido a atenção das instituições governamentais responsáveis pela política agrícola. Vimos em nossa revisão bibliográfica que até a década de 1990 não existia nenhum tipo de política especial para a agricultura familiar. Só a partir de 1994, com o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), é que a agricultura familiar passou a fazer parte dos programas do governo como setor diferenciado, embora

1 “Estudo realizado pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, revela que em 2003 as cadeias produtivas da agricultura familiar foram responsáveis por 10,1% do PIB nacional, o que corresponde a um valor adicionado de R\$ 156,6 bilhões. Os dados complementam o estudo realizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e pelo Incra com base nas informações do Censo Agropecuário de 1995/96. O trabalho mostrou que, dispondo de só 30% da área, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por quase 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Na produção de feijão, leite, milho, mandioca, suínos, cebola, banana e fumo, essa proporção foi superior ou próxima a 50%. Os estabelecimentos familiares foram responsáveis por praticamente 77% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro” (ROSSETO, Miguel. Folha de S. Paulo, 04/01/05).

esse programa tenha obtido resultados bastante restritos, em razão das dificuldades que os agricultores familiares encontravam para se enquadrar nas exigências do sistema financeiro. Essa dificuldade fica expressa no volume de recursos destinados ao setor no ano de 1995 – apenas 93 milhões de reais com 32 mil contratos formulados entre o sistema financeiro e as unidades de produção familiares (DA SILVA, 1999).

Contudo, é a partir de 1996, com implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que abrange crédito rural para custeio e investimento, infra-estrutura, serviços e capacitação, que os investimentos da política agrícola passaram a beneficiar verdadeiramente a agricultura familiar. Desde então, os recursos para a agricultura familiar têm aumentado progressivamente, saindo dos aproximadamente 650 milhões de reais, que resultaram em 332,828 contratos em 1996, para 4,5 bilhões de reais, com 1 milhão e 400 mil contratos na safra 2003/2004, com previsão para atingir 7 bilhões de reais e 1 milhão e 800 mil contratos na safra 2004/2005. A disponibilidade de crédito se fez acompanhar da queda dos juros para a agricultura familiar. Em 1995, os juros praticados pelo sistema financeiro eram de 16% ao ano e caíram para 12% em 1996, declinando progressivamente até estacionar em 4% ao ano, em média, podendo chegar a 1% em casos especiais, como, por exemplo, para agricultores com renda bruta de até 2 mil reais anuais, sendo o empréstimo, nesse caso, limitado a mil reais (Fonte: Banco do Brasil).

Fato inegável é que o agricultor familiar brasileiro, por ter sido esquecido há até bem pouco tempo pelos projetos governamentais de desenvolvimento nacional, inventou estratégias de sobrevivência que resultaram em um modo de vida. Podendo ser considerado como inventor, no que se trata de garantir a reprodução da sua unidade de produção. A agroindústria artesanal para a elaboração e a transformação de alimentos se enquadra dentro desta lógica.

Mas, se, por um lado, os agricultores arranjam formas próprias de integração ao mercado, mantendo sua identidade familiar, reagindo para não ser excluído do processo, por outro lado, essa mesma inserção ao mercado coloca sua estratégia em contato com a racionalidade instrumental que governa esse

mesmo mercado, sujeita às regulamentações sistêmicas que irão exigir seu enquadramento às regras que presidem essa concorrência. A partir desse momento, terão, necessariamente, que enquadrar os seus produtos às normas legais de padrão, sanidade e qualidade, passando a depender das regulamentações e do apoio do poder público.

3.1 A AGROINDÚSTRIA ARTESANAL COMO ESTRATÉGIA DO COTIDIANO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Uma das alternativas encontradas por muitos agricultores familiares para conseguirem a reprodução social da sua atividade foi a elaboração e, ou, transformação de alguns produtos, principalmente os perecíveis, quando a produção excedia a quantidade necessária para o consumo familiar. Trata-se de iniciativas autônomas que se transformaram em oportunidade de agregação de valor ao produto primário por meio da elaboração e transformação das matérias-primas agrícolas ou animais, de forma artesanal, e a sua comercialização nos domicílios dos consumidores.

O objetivo inicial foi o de aproveitar melhor sua produção ou superar a dificuldade em vender o produto *in natura* – leite, por exemplo –, seja comercializando o excedente, envasando-o em litros retornáveis e vendendo de casa em casa nos bairros das cidades, seja transformando-o em queijo. Para conseguir uma renda extra num período do ano em que há pouco serviço na propriedade, como é o caso dos produtores de açúcar mascavo, no inverno; ou de inatividade, no caso dos donos de pesque-e-pague, que fora dos períodos de temporada comercializam o filé de peixe. O abate de aves teve início quando o agricultor se preocupou em dar um destino proveitoso para as galinhas poedeiras, quando estas eram descartadas da produção de ovos. Já o abate de suínos resultou da prática de transformação da carne, para prolongar o prazo de validade na forma de salames ou lingüiças, prosseguindo com a comercialização do excedente. Tudo isso evoluiu de forma gradual, sem interferir na lógica interna de reprodução da unidade de produção em bases familiares.

Portanto, a transformação de alimentos é uma estratégia do cotidiano dos agricultores familiares. A necessidade de conservação, somada à de conseguir colocação para os produtos excedentes, em um mercado quase sempre monopolizado pela produção das grandes agroindústrias, fez com que o agricultor buscasse outros meios para comercializar os produtos da sua agroindústria caseira. A alternativa encontrada foi a venda de porta em porta, oferecendo ao consumidor a vantagem de receber o produto em casa e ainda poder pagar no início do mês seguinte, não precisando, assim, concorrer com os produtos industrializados pelas grandes companhias, uma vez que atingia uma clientela que estava desprovida de poder aquisitivo para comprar à vista nos supermercados.

Observa-se ser essa uma estratégia sábia da parte dos agricultores, fato que demonstra que eles sabem como driblar os obstáculos que lhes são impostos pelo sistema dominado pelos interesses dos grandes grupos econômicos. Analisando os dados levantados, percebe-se que a prática de elaboração e transformação de alimentos na maioria das unidades de produção é herança passada de pai para filho.

TABELA 1 - TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA NA TRANSFORMAÇÃO OU ELABORAÇÃO DE ALIMENTOS

<i>Tempo de experiência</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Menos de 5 anos	04	13,3
5 - 10 anos	04	13,3
10 - 20 anos	13	43,4
20 - 30 anos	06	20,0
+ de 30 anos	03	10,0
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

Não foi a partir de um programa de incentivos, o Programa Fábrica do Agricultor, que os agricultores despertaram para possibilidade de elaborar e transformar alimentos, uma vez que essa já era uma prática tradicional para a

grande maioria das unidades de produção pesquisadas. Mais de 70% das unidades de produção pesquisadas têm uma experiência de no mínimo 10 anos com a transformação ou elaboração de alimentos. Em alguns casos, em torno de 10% a prática com a transformação chega a mais de 30 anos (tabela 1). Por fazer parte da tradição passada de pai para filho, o tempo de prática varia conforme o tempo de constituição da família, sendo assim, podemos ver que aqueles estabelecimentos com pouco tempo de prática, corresponde ao contingente de casais novos, que, na verdade, já elaboravam e, ou, transformavam alimentos enquanto moravam com seus pais. Hoje, o programa Fábrica do Agricultor visa à legalização da estratégia dos agricultores.

3.1.1 Os Personagens: Agricultores Familiares

Nas unidades de produção familiares elaboradoras e, ou, transformadoras de alimentos pesquisadas, a formação escolar parece estar em ascensão. Isso fica evidente quando analisamos os dados da tabela 2. Ali podemos observar que apenas entre as pessoas mais idosas existem pessoas declaradamente analfabetas, atingindo um índice de 3,6%; os jovens se encontram distribuídos entre os 64% que declararam possuir ensino fundamental, incluindo aqueles com período incompleto, e os 26% que afirmaram ter cursado o ensino médio. Entre os mais jovens se encontram 6,4% que declararam possuir formação universitária. Isso demonstra que a opção pelo trabalho na propriedade agrícola não é uma alternativa adotada apenas por aqueles que não tiveram outras oportunidades na vida, mas pode corresponder, também, a uma escolha feita conscientemente por pessoas que preferem o modo de vida que o trabalho agrícola proporciona. São pessoas formadas em Veterinária ou Engenharia de Alimentos, que buscaram o conhecimento técnico como apoio para a sua atividade agrícola e agropecuária, uma vez que aplicam esses conhecimentos na atividade de produção de leite ou de transformação de produtos alimentícios.

TABELA 2 - ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA FAMÍLIA E CONTRATADOS PERMANENTES

<i>Grau de instrução</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Analfabeto	04	3,6
Ensino fundamental	70	64,0
Ensino médio	28	26,0
Ensino superior	07	6,4
TOTAL	109	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

Conforme se observa na tabela 3, as unidades de produção familiares que adotam como estratégia a elaboração ou transformação de algum produto são pequenas propriedades: 10% das unidades de produção pesquisadas possuem menos de dez hectares de extensão; 43,3% possuem entre dez e vinte hectares; 36,7% possuem entre vinte e quarenta hectares; 3,3% possuem entre quarenta e sessenta, e apenas 6,7% contam com mais de sessenta hectares de extensão. Fazendo uma junção das três primeiras linhas da tabela 3, percebe-se que 90% das unidades de produção são constituídas por propriedades com menos de quarenta hectares. Destaque-se, ainda, que em 100% das unidades de produção pesquisadas a família que trabalha é ao mesmo tempo proprietária da terra, o que se pode, assim, denominar exploração familiar, uma vez que o requisito básico para definir uma atividade agrícola como familiar é, ser uma exploração pequena, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

Conseqüentemente, a produção agroindustrial dessas unidades familiares também é pequena. Lembre-se que o objeto de análise deste estudo são as unidades de produção familiares que transformam e, ou, elaboram algum produto vegetal ou animal, e por, isso, a amostra agrega as várias modalidades agroindustriais presentes na região Sudoeste do Paraná: são 11 unidades que produzem leite e o vendem pasteurizado; 8 transformam o leite em queijo; 4 transformam caldo de cana-de-açúcar em açúcar mascavo; 3 produzem o filé de tilápia; 2 abatem aves; 1 transforma a cana-de-açúcar em cachaça; e 1 produz

derivados de carne suína. Este estudo de caso não se atém às especificidades inerentes a cada produto, mas se propõe a analisar as possibilidades e as impossibilidades das unidades de produção familiares no processo de adaptação da atividade agroindustrial às exigências do mercado e da política estatal.

TABELA 3 - TAMANHO DA PROPRIEDADE MEDIDA EM HECTARES

<i>Tamanho da propriedade</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Até 10	03	10,0
10-20	13	43,3
20-40	11	36,7
40-60	01	3,3
+ de 60	02	6,7
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

Conforme Chayanov (1966), a agricultura familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. A pesquisa realizada demonstrou que em 100% das unidades de produção que fizeram da agroindústria uma extensão da atividade agrícola essa característica permanece. Mesmo nas propriedades que contratam mão-de-obra permanente e, ou, temporária, a direção e a realização da maioria dos trabalhos são feitas pela família.

Conforme demonstra a tabela 4, nas trinta unidades de produção pesquisadas trabalham cento e vinte e duas pessoas, dessas, cento e duas (83,6%) são de origem familiar; treze (10,7%) contratadas temporariamente e sete (5,7%) contratadas de forma permanente. Em vinte e cinco dessas unidades de produção a mão-de-obra ocupada é exclusivamente familiar. São apenas cinco as unidades de produção que contratam mão-de-obra. Destas, três contratam apenas temporariamente, basicamente em tempos de colheita; duas contratam

empregados permanentes e, ocasionalmente, em períodos de aumento de trabalho, contratam mais alguns temporários.

TABELA 4 - NATUREZA DA FORÇA DE TRABALHO

<i>Natureza</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Nº de unidades de produção</i>
Familiar	102	83,6	25
Contratada temporariamente	13	10,7	03
Contratada permanentemente	07	5,7	02
TOTAL	122	100,0	30

FONTE: Pesquisa de campo

Números semelhantes haviam sido observados em uma pesquisa realizada pela Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina no ano de 2002. Foram pesquisados 1.018 pequenos empreendimentos agroindustriais, em que trabalham 3.420 pessoas. Constatou-se que 84% da mão-de-obra é constituída por membros da família não remunerados; 6% são membros da família remunerados e 10%, empregados remunerados contratados temporários e, ou, permanentes.

Na maioria absoluta das unidades de produção pesquisadas (90%), o número de pessoas ocupadas não ultrapassa cinco pessoas. Salvo em dois casos, em que as unidades de produção são exploradas, em uma, por três irmãos, um homem e duas mulheres, e na outra, por duas irmãs e um sobrinho, nas demais a presença dos pais é fator preponderante. Conforme se observa na tabela 5, em 46,7% das unidades de produção trabalham até três pessoas, geralmente o pai a mãe e um filho solteiro; em 43,3% delas, esse número não ultrapassa cinco pessoas; apenas 10% de unidades de produção garantem ocupação para mais de cinco pessoas.

TABELA 5 - QUANTIDADE DE PESSOAS OCUPADAS POR UNIDADE DE PRODUÇÃO

<i>Pessoas ocupadas por unidade de produção</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Até 3	14	46,7
Entre 4 e 5	13	43,3
+ de 5	03	10,0
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

3.1.2 A Agroindústria Artesanal

As instalações e os equipamentos que eram utilizados na transformação e elaboração dos produtos antes de a atividade vir a ser enquadrada pela política pública estatal evidenciam as características de uma produção artesanal. A agroindústria de açúcar mascavo, por exemplo, era composta por um engenho, melhor dizendo, uma moenda de cana impulsionada por motor movido a *diesel* ou a eletricidade, um tacho de ferro assentado sobre um local construído de pedras, mais uma caixa de madeira, que era o recipiente onde se despejava o caldo da cana depois de fervido e onde era mexido com pás de madeira até atingir o ponto de açúcar mascavo.

A agroindústria da cachaça era composta de uma moenda de cana impulsionada por motor movido a eletricidade e tambores para acondicionar o caldo de cana e transferi-lo às instalações do alambique, que era separado. A cachaça, depois de destilada, ficava acondicionada em recipientes de madeira. A venda era feita em garrações.

A agroindústria do leite funcionava na base do improvisado, com baldes para deslocar o leite do curral até a cozinha da casa. O leite retirado na parte da tarde ou à noite era guardado em congelador, para ser acondicionado em litros no dia seguinte, somando-se ao leite retirado de manhã, momento em que o produtor fazia a entrega em domicílios.

Já para a produção do queijo, o produtor utilizava panelas para aquecê-lo e depois o acondicionava em formas e, ou, prensas de madeira para dar o formato e o tamanho do queijo. Tudo era feito na cozinha da residência e, depois, secado ao sol.

O abate de aves e suínos era feito no quintal e complementado no porão da residência, utilizando-se apenas equipamentos manuais. As aves eram mergulhadas em panelas de água fervente e depois depenadas à mão.

A filetagem de peixe era feita nas próprias instalações do pesque-e-pague, utilizando-se apenas facas e uma mesa com pia.

Há um consenso entre os agricultores de que as condições de produção, bem como a apresentação final do produto, não eram as ideais. Alguns, na medida das suas possibilidades, já haviam investido na adequação do seu produto aos parâmetros do mercado, principalmente nas agroindústrias do leite. Outros já haviam investido em resfriadores, embaladeira manual e furgão para a entrega; porém, a comercialização continuava sendo feita nos domicílios, enfim, para a mesma clientela.

Os agricultores familiares demonstraram suas preocupações com relação ao enquadramento do seu produto às regras do mercado. Na medida do possível, investem na readequação das estruturas físicas e na aquisição de equipamentos para enquadrar seus produtos às exigências dos consumidores nos quesitos de qualidade e sanidade. Porém, a estreita margem de lucro observada ao longo de anos de experiência na atividade faz com que esse agricultor seja conservador, ou, mais adequadamente, prudente, nos investimentos.

Conforme Habermas (1989), os indivíduos agem como sujeitos dotados de capacidade. Sabedores de que a introdução de equipamentos modernizados, apesar de aumentar o rendimento do trabalho diminuindo o tempo para realização das tarefas, representa um aumento no custo, se a produção permanecer a mesma. Cientes de que maiores custos na produção só podem ser amortizados com aumento de produção, fato que não se aplica às agroindústrias familiares, o agricultor, com base na experiência anterior, não realiza o investimento de uma só vez, mas de forma escalonada e na medida em que sobra algum recurso ou que seja subsidiado

pela política pública. A experiência vivida é a grande conselheira do agricultor familiar, é ela que o ensina a dosar a adoção das inovações. Somente quando percebe que os investimentos em equipamentos e instrumentos para a melhor qualificação do seu produto têm retornos compensatórios, o agricultor se dispõe a enquadrar as instalações da sua agroindústria artesanal às investidas do sistema; do contrário, ele adia ao máximo ou pelo menos impõe condições para aceitar se enquadrar.

Segundo Habermas (1989), é no saber anterior ou de retaguarda que os participantes da interação alimentam as suas pretensões e os mundos vividos. No momento de decidir sobre investimentos, a experiência dos produtores na atividade e o conhecimento acumulado definem o grau de risco e a margem de investimento que sua unidade de produção comporta, implementando apenas as inovações que podem ser amortizadas com os ganhos que a qualidade consegue agregar ao produto. Entram em cena os princípios norteadores do funcionamento interno da unidade de produção familiar que a diferenciam da unidade de produção capitalista: a união entre capital, propriedade dos meios de produção e trabalho, porque, conforme assinala Chayanov (1981), o produtor é um proprietário que trabalha. Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida. Mais do que a conquista do lucro, o agricultor familiar precisa assegurar sua reprodução social. E, nesse sentido, a estratégia de aversão ao risco pode ser vista como uma forma de maximização da utilidade, específica a determinadas condições sociais.

Em consequência do caráter específico da produção familiar – a dimensão reduzida desse empreendimento, associada à vinculação entre capital e trabalho na unidade familiar –, o rendimento obtido no processo produtivo não pode ser dissociado em parcelas autônomas e particulares, como no caso do processo produtivo capitalista. Na unidade familiar, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. É com esse rendimento indivisível que o produtor deverá prover, ao mesmo tempo, a

empresa familiar dos recursos produtivos de que necessita e a própria família do fundo de consumo necessário à sua manutenção (WANDERLEY, 1989: 32-33). Isso leva o produtor a procurar opções e a definir estratégias.

Das trinta unidades de produção familiares pesquisadas, vinte e oito, isto é, 93,3%, afirmaram que a renda da propriedade, incluindo a agroindústria, vai para um só caixa da família, corroborando a tese defendida por Chayanov (1981) da indivisibilidade entre trabalho e vida, e, em apenas duas, correspondendo a 6,7%, a renda é distribuída entre os membros da família, mas não na forma de lucros, e sim depois de reservada parte para consumo e parte para futuro investimento (tabela 6). Renda esta resultante, na maioria dos casos, das atividades realizadas na unidade de produção. Apenas 20% das unidades de produção pesquisadas possuem alguma complementação proveniente de fora. Existe apenas um caso em que esse complemento provém de atividade extra-agrícola ou multiatividade (a pessoa trabalha em um colégio); nos demais casos, a renda complementar é resultante da aposentadoria do pai ou da mãe, ou dos dois.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DA PROPRIEDADE

<i>Forma de distribuição</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Um só caixa da família	28	93,3
É distribuído entre os membros da família	02	6,7
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

A atividade de elaboração e, ou, transformação de alimentos não é uma atividade paralela às outras realizadas pela família, mas acrescida às demais. Pelo menos naquelas propriedades que optam pelo multicultivo como estratégia de sobrevivência, a agroindústria funciona graças ao trabalho extra dos membros da família, com o aumento da jornada de trabalho ou com a ocupação de mais membros da família, que não precisam, assim, ser dispensados para procurar trabalho na cidade. Nas unidades produtoras de leite, as atividades de pasteurização, embalagem e distribuição vêm se somar aos demais trabalhos

realizados diariamente na propriedade agrícola. O mesmo ocorre nas unidades produtoras de queijo. São comuns os relatos de que a jornada de trabalho se inicia às seis horas da manhã e se estende até as vinte e três horas. Já a produção de açúcar mascavo vem ocupar a mão-de-obra da família que ficava ociosa nos meses de junho e julho, época em que há pouca atividade, por ser o período de entressafra na agricultura da região.

A agroindustrialização artesanal é uma estratégia que tem se mostrado funcional, operando na informalidade, sem trazer custos adicionais à unidade de produção. Porém, é chegado o momento em que a instituição governamental, como órgão responsável pela regulamentação da concorrência, atendendo ao apelo dos concorrentes estabelecidos formalmente, vem exigir a modernização e a legalização sanitária e jurídico-fiscal das unidades de elaboração e, ou, transformação familiares.

Os agricultores se vêem diante de uma encruzilhada que aponta para duas direções distintas e preocupantes: buscar a adequação por conta própria ou implementá-la com o apoio do Estado. A primeira opção é uma aposta muito arriscada. Como a legalização traz como consequência o aumento nos custos da produção, os quais não podem ser repassados para o preço final do produto, uma vez que esse já é comercializado com um valor agregado adicionado, ao contrário, a concorrência estabelecida o forçaria a rebaixar o preço do seu produto. Num tal cenário, a agroindústria familiar teria a falência como resultado. A segunda opção parece a mais indicada, desde que os agricultores tenham forças suficientes para influenciar os órgãos de decisões estatais a criar mecanismos de política pública, como financiamentos subsidiados para adequação estrutural, legislação adequada à pequena agroindústria familiar que flexibilize os critérios de sanidade e jurídico-contábeis, inclusive, com a disponibilização de equipe técnica e sanitária para dar acompanhamento e formação continuada. Enfim, uma política pública que assuma os custos da legalização.

3.2 A ADEQUAÇÃO AO MERCADO POR INTERMÉDIO DA REGULAÇÃO ESTATAL

Foi com a intenção de intervir na realidade exposta no item anterior que o Governo do Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e a responsabilidade de implementação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), instituiu o Programa Fábrica do Agricultor.

Segundo consta dos documentos que introduzem o programa, a iniciativa do poder público teria como função a modernização e a adequação dos pequenos agro-empresendimentos: busca articular parceiros entre instituições públicas e privadas, bem como entre instituições de representação social; oferece suporte estratégico para a legalização sanitária, ambiental e jurídico-fiscal; facilita a abertura de linhas de crédito e dá apoio à comercialização; desenvolve o *marketing* e o *design* do produto; investe em capacitação, profissionalização e assistência técnica especializada; busca maior integração do produtor ao mercado e valoriza os produtos típicos regionais; garante qualidade aos produtos industrializados e prepara o empreendedor para o gerenciamento de seu negócio (FONTE: SEAB, Pr).

Neste caso, pode-se verificar a confirmação da tese defendida por Claus Offe segundo a qual “o Estado usa a estratégia da criação política das condições nas quais torne possível que todos os sujeitos jurídicos introduzam efetivamente nas relações de troca a sua propriedade: em bens ou força de trabalho” (OFFE, 1984 p. 131).

Essas políticas, utilizando-se de instrumentos como ordens e proibições legais, bem como incentivos financeiros, visam incentivar um comportamento competitivo ou reprimir estratégias de comportamento opostos, que assegure a sobrevivência econômica de um determinado protagonista da relação de troca. Normalmente, essa regulamentação dos processos de troca consiste em leis e medidas que protegem, em especial, a parte mais fraca. Podendo, ainda, fazer uso de uma segunda categoria de métodos de direcionamento: os incentivos estatais de infra-estrutura (OFFE, 1984, p. 132).

Encontramo-nos diante de uma situação característica na qual a atividade do cotidiano dos agricultores a agroindústria artesanal (mundo da vida) vê-se na

necessidade de adaptar racional e legalmente sua prática às regras estabelecidas pelos subsistemas mercado e poder estatal (sistema), tendo como meio mediatizador a política pública Fábrica do Agricultor. A questão é como agir para que essa mediatização não se transforme numa colonização. Isso porque, segundo Habermas (1989), cada vez que a monetarização e a burocratização ultrapassam os limites da reprodução material do mundo da vida, quando se propõem a instrumentalizar as contribuições do mundo da vida, ingerindo no sentido específico destas, a mediatização se transforma em colonização.

O princípio básico do programa é transformar os estabelecimentos de elaboração e, ou, transformação artesanal dos agricultores em empresas rurais. Assim sendo, o agricultor precisa converter-se em empresário rural para poder ter acesso a realizações organizativas e decisões políticas para modernizar sua atividade e poder adequar seu produto às regras do mercado.

O planejamento administrativo do Estado contemporâneo é o disseminador da consciência tecnocrática, que difunde e instrumentaliza o saber técnico como um dos mecanismos essenciais da racionalização. Assim, para se enquadrarem às normas legais e sanitárias, as unidades produtoras têm que cumprir exigências, como: legalização da atividade; adequação física e sanitária das instalações; controle de qualidade; padronização; rotina de inspeção sanitária; rotulagem e equipamentos aprovados pelas normas sanitárias. E, conseqüentemente, para poderem lidar com tudo isso, trouxe, também, a necessidade de aperfeiçoamento profissional e acompanhamento técnico. Ou seja, abre espaço para a racionalização e a burocratização da prática da vida cotidiana, trazendo consigo o risco da desvalorização do saber prático e de uma racionalização unilateral que conduz à especialização da atividade agrícola.

Por sua vez, a burocratização legal torna a unidade de produção familiar dependente do apoio de profissionais de contabilidade, para orientação e realização da documentação para constituir uma empresa. Essa legalização é incompatível para a agroindústria de açúcar mascavo, por exemplo, que funciona em média três meses por ano, enquanto os encargos precisam ser pagos todos os meses do ano. Além disso, o programa governamental não dispôs de uma linha

de crédito específica nem mesmo de uma estrutura técnica capaz de responder à grande maioria das dúvidas dos agricultores, mesmo sabendo que estes não dispunham de recursos financeiros para contratar esses serviços na rede privada.

Para se enquadrar aos requisitos do programa Fábrica do Agricultor, as unidades de produção têm que adequar as suas instalações, tendo, para isso, que adquirir novos equipamentos e edificar instalações condizentes com as exigências sanitárias. Ou seja, a unidade produtora do açúcar mascavo tem que introduzir bateadeira elétrica para esfriar, peneira elétrica para classificar ou esfarelar o açúcar, tacho para ferver o caldo de cana – que era de ferro e agora foi trocado por material inox.

A unidade elaboradora de leite tem obrigatoriamente que adquirir resfriador, pasteurizador, embaladeira. Por sua vez, a agroindústria produtora de queijo tem que adquirir pasteurizador, câmara fria, formas plásticas, prensa e mesa inox. Já o abatedouro de frangos tem que adquirir mesa inox, depenadeira, câmara fria, caldeira. A unidade que realiza a filetagem de peixe tem que adquirir mesa e pia inox, *freezer* e equipamentos para transportar o produto. Para abater suínos, a unidade familiar tem que edificar uma instalação física e adotar equipamentos equivalentes aos utilizados por uma agroindústria convencional.

Essas exigências, segundo os produtores, apesar de melhorarem a aceitabilidade do produto e permitirem sua livre comercialização no município, tornam as unidades de produção familiares mais dependentes do apoio externo. Por se tratar de unidades de produção que efetuam a venda dos produtos transformados ou elaborados diretamente aos consumidores, já com um valor agregado, a legalização não representa melhoria da rentabilidade, apenas permite que o produto saia da clandestinidade.

Essa tentativa do sistema administrativo, de legalizar a estratégia do mundo vivido dos agricultores, torna mais intensa a relação entre as unidades de produção e o Estado, “onde, as ações legislativas, jurídicas, regulamentares e institucionais do Estado, desempenham um papel de primeiro plano na consolidação de um espaço de existência para as unidades de produção familiares” (LAMARCHE, 1998: 271). Isso ocorre, segundo Habermas (1989),

porque o mundo da vida progressivamente racionalizado fica desacoplado dos âmbitos de ação formalmente organizados, que são a economia e a instituição estatal, e cai sob sua dependência. Principalmente, considerando-se que o rendimento líquido das unidades de produção familiares ou, mais adequadamente, para realçar a peculiaridade característica de uma unidade de produção familiar, destacada por Chayanov (1981), o resultado de um ano de trabalho não ultrapassa trinta mil reais anuais (tabela 7).

TABELA 7 - RENDA SUBESTIMADA DA PROPRIEDADE

<i>Renda anual</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Menos de R\$ 5.000	09	30,0
R\$ 5.000-15.000	13	43,3
R\$ 15.000-30.000	08	26,7
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

Considerando-se que essa renda corresponde ao trabalho anual de, no mínimo, três pessoas, a renda individual cai abaixo daqueles rendimentos percebidos pelos trabalhadores urbanos assalariados. Qualquer custo acrescido a uma produção que não se eleva na mesma proporção torna-se inviável do ponto de vista econômico. Sendo assim, a legalização e a burocratização da unidade de transformação do agricultor familiar ameaçam a reprodução social da atividade.

Trabalha-se com a média anual de rendimentos porque este critério corresponde ao período que os agricultores adotam para fazer o balanço da atividade. Conforme Chayanov (1981: 138), na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho e recebe como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade de produção. Deste produto bruto, deduz uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano. Resta, então, o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano: o produto

de seu trabalho. Esse produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível para uma unidade de produção familiar ou artesanal, pois não existe forma de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social de lucro também está ausente.

É importante destacar, aqui, que os agricultores entendem como renda líquida aquilo que sobra no final da safra, que quase sempre se inicia em agosto de um ano e se encerra no mês de julho do ano seguinte (por isso é escrita na forma safra 2004/2005, por exemplo). A compra de insumos destinados ao plantio da safra seguinte, quando adquiridos com dinheiro resultante da venda de um de produto da safra anterior, é geralmente deduzida dos lucros da safra que acaba de ser colhida, em vez de ser contabilizada nos custos da safra seguinte, como seria natural em uma empresa. Não há um cálculo individualizado por produto, como acontece na empresa capitalista convencional. Quando há alguma forma de controle, nele só entram como despesas os insumos de fácil contabilização, como ração, embalagens, energia elétrica e combustível, ficando de fora itens como custos de manutenção, custos com a produção de pastagens e com o trabalho dos membros da família.

Quando indagados sobre qual percentual a transformação agrega em relação ao produto *in natura*, fica evidente a dificuldade que os agricultores têm para contabilizar os custos da produção e, evidentemente, deduzir o que é a renda da propriedade. Dentre os trinta agricultores entrevistados, quinze afirmaram não ter idéia do percentual agregado ao preço final; dois disseram que agrega 10%; outros dois, que agrega 20%; um disse que achava que agrega 25%; três disseram que agrega 30%; um disse que é de 35%; um, 40%; quatro afirmaram que a transformação agrega 50% de valor ao seu produto; um último disse que chegava a agregar 60% de valor ao produto *in natura*. Nem mesmo os órgãos que assessoram o governo na elaboração das políticas públicas para o setor, como o Sebrae e o Deral, dispõem de estudos para demonstrar qual é esse percentual. Com relação ao leite, o agricultor que entregava para os laticínios recebia, em 2004, em torno de 0,40 centavos por litro, enquanto aquele que pasteurizava, embalava e entregava diretamente ao consumidor, recebia por volta de 0,90 centavos por litro. Porém, não há um cálculo das despesas acrescidas por litro.

Conforme relataram os responsáveis pela implantação do programa na região Sudoeste do Estado, o montante de investimentos médios para enquadrar uma agroindústria familiar às exigências legais e sanitárias em termos de estruturas físicas e introdução de equipamentos solicitados pela vigilância sanitária nunca foi levantado. Ou seja, criou-se uma legislação sem ao menos fazer um levantamento dos custos necessários para a sua execução, sem saber se esses custos são passíveis de serem absorvidos pelas unidades de produção.

Por outro lado, conquistar o selo de qualidade e sanidade não significa ter liberdade para comercializar esse produto em todo lugar. O serviço de inspeção municipal só dá permissão para comercializar no município de origem, tendo o produto que satisfazer outras exigências, dessa vez da vigilância estadual, para poder ser comercializado dentro do Estado.

O baixo nível de rendimento serve de base para sustentar a tese da não equiparação dessa atividade artesanal à atividade de uma empresa capitalista e demonstra a necessidade de uma legislação específica para que o agricultor possa adequar seu produto ao mercado. Isso porque o acréscimo de gastos com escritório de contabilidade e com técnico sanitário, seguido pelas necessidades de recursos para as adequações físicas e equipamentos, reclama investimentos que estão além das capacidades das unidades de produção familiares e podem comprometer a reprodução social ou material dessas unidades de produção.

Observa-se que a atividade de transformação artesanal se propõe como um complemento da renda, visando contribuir com a manutenção de um modo de vida. As conversas informais com os agricultores, bem como as observações particulares feitas, levaram a reconhecer que a atividade de elaboração e, ou, transformação de alimentos em uma unidade de produção familiar, por se tratar de uma atividade que opera em tempo parcial, não comporta a estrutura sanitária e legal de uma agroindústria tradicional. A atividade não consegue se manter se a unidade de produção familiar tiver que pagar todos os impostos e cumprir todas as exigências que os fiscais da vigilância sanitária fazem para liberar o funcionamento da agroindústria. A adequação às normas sanitárias e a adoção das inovações tecnológicas só se tornam viáveis se a prefeitura, a secretaria da

agricultura e o governo fornecerem uma estrutura com técnicos da Emater, do IAP, da Embrapa, bem como se a Vigilância Sanitária colocar à disposição veterinários e técnicos e destinar recursos adaptados às condições dos pequenos, criando também uma legislação específica para a agroindústria familiar.

Seriam três as modalidades de incentivos ou subsídios reclamados pelos agricultores para enquadrarem sua agroindústria sem comprometer a reprodução da atividade: recursos financeiros subsidiados durante o período de adequação das estruturas físicas e aquisição de equipamentos necessários até que a unidade de produção se ajuste às normas e padrões exigidos pelos órgãos públicos e pelos consumidores; recursos humanos na forma de profissionais para fornecer assistência técnica, aperfeiçoamento, assessoria legal, acompanhamento sanitário, e uma legislação com regras ajustadas à realidade da agroindústria do agricultor familiar.

As preocupações dos agricultores fazem sentido ao se considerar que a tecnologia aplicada à produção na indústria tem as funções de ampliar as vantagens relativas e levar o investidor a ganhar mais espaço no mercado, por meio da diminuição do tempo de produção e do tempo de trabalho. Em uma indústria capitalista, toda redução de tempo de trabalho implica redução no período de produção. Já na agricultura, nem todas as reduções no tempo de trabalho significam diminuição do período de produção, podendo ocorrer simplesmente um crescimento do tempo de não-trabalho.

Por sua vez, o medo da concorrência é justificável, uma vez que, conforme Silva (2003: 39),

na agricultura a eliminação das “empresas marginais” pelo aumento da produção das empresas que se modernizaram parece ser o mecanismo mais importante. Ou seja, as empresas capitalistas eliminam as unidades de produção camponesas de determinado mercado via aumento do volume de produto ofertado. O fundamental do mecanismo aí, todavia, parece ser o “poder de mercado” das empresas capitalistas decorrentes de maior escala de produção, independente da redução dos custos de produção via inovações tecnológicas ou intensificação da produção.

No processo de adequação/adaptação, as unidades familiares rurais defrontam-se com pressões competitivas ou opções de estratégia que dificultam a

manutenção do seu perfil produtivo diversificado com os múltiplos vínculos mercantis que lhe correspondem ou tornam incompatível uma dada combinação de recursos. Tais pressões tendem a se dar na direção da elevação da escala de produção e, conseqüentemente, de um maior grau de espacialização produtiva. A aplicação dos recursos terra, mão-de-obra e recursos financeiros passa a se concentrar num leque reduzido de produtos. No limite, chega-se às unidades familiares especializadas em um ou dois produtos.

É inegável que a irreversível modernização a que está sendo conduzida a atividade agrícola tem levado as unidades de produção familiares constantemente à especialização, forçando-a a reduzir a variedade de produtos cultivados, tornando-as dependentes, já em muitos casos, dos retornos proporcionados por um único produto. Esse fenômeno vem se desenvolvendo, principalmente, nas unidades de produção familiar que optaram pela produção do leite procedendo a sua elaboração e comercialização direta ao consumidor ou a sua transformação em queijo. Entre as trinta unidades de produção pesquisadas, há sete casos nos quais o produto da agroindústria está em vias de se transformar em única fonte de renda da família.

Das trinta unidades de produção pesquisadas, vinte e sete produzem milho, sendo que, em dezessete delas, 100% da produção é destinada ao alimento de animais, na forma de silagem ou ração; Treze produzem, além do produto elaborado ou transformado, soja, destinando 92,3% para o mercado em forma de grãos. Os restantes 7,7% são reservados parte para sementes, que serão plantadas na safra vindoura, e parte vira ração para animais. Onze unidades de produção plantam feijão, destinando em torno de 44,5% para o mercado, reservando 54,5% para o consumo da família. Dessas onze unidades, sete plantam feijão apenas para o consumo da família. Apenas cinco plantam arroz estritamente para o consumo da família. Três unidades cultivam fumo para as grandes companhias do setor. Três criam aves na forma de integração para as grandes agroindústrias estabelecidas na região. Somente uma unidade cria suínos, destinando em torno de 98% da sua produção para o mercado (tabela 8). Observa-se que existe, também, na maioria das propriedades, uma forma de produção para

autoconsumo, correspondente a hortaliças, pomares, possivelmente até alguns animais e aves, mas que não está contemplada nesta tabela pelo fato de os agricultores terem dificuldade em contabilizar quanto isso contribui para a reprodução socioeconômica da família.

TABELA 8 - INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO/ATIVIDADE AGRÍCOLA

<i>Produto</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Autoconsumo</i>	<i>Mercado</i>
Milho	27	90,0	63,0	37,0
Soja	13	43,3	7,7	92,3
Feijão	11	36,7	54,5	44,5
Arroz	05	16,7	100	000
Mandioca	06	20	100	000
Frango	03	10	3,0	97
Fumo	03	000	100	100
Suíno	02	6,6	2,0	98

FONTE: Pesquisa de campo

Porém, contrariando a tendência da especialização observada, quando indagados sobre considerar a atividade de elaboração e transformação como um complemento da atividade agrícola ou como um passo rumo à especialização produtiva visando constituir-se em empresa agroindustrial, 80% dos entrevistados afirmaram que representa um complemento da atividade agrícola. Apenas 20% deles admitiram a pretensão de a atividade de elaboração ou transformação vir a se constituir em única atividade no interior da unidade de produção.

Por sua vez, a multiatividade, outro pilar constitutivo da lógica de reprodução da agricultura familiar, quase desapareceu das unidades de produção transformadoras de alimentos. Há apenas seis propriedades que têm alguma forma de complemento da renda de fora da propriedade. Destas, apenas em uma essa renda resulta da contribuição do trabalho de membro da família que trabalha fora: a esposa trabalha como zeladora em um colégio. Nos demais cinco casos, essa contribuição resulta da aposentadoria do pai ou da mãe, ou de ambos.

Conforme adverte Renato Maluf (2002), os eventuais benefícios gerados pelas economias de escala são acompanhados de maior vulnerabilidade econômica diante dos insucessos de safra, das oscilações de mercado e das rupturas dos compromissos de aquisição do produto, ao que se somam os impactos ambientais negativos da agricultura especializada.

Segundo esse autor, os enfoques econômicos convencionais baseiam-se numa concepção de acesso a mercados que se supõem existentes ou são considerados como um dado externo ao âmbito do empreendimento em questão. A partir dessa concepção, colocam a ênfase na capacitação empresarial das pequenas unidades de produção. Para Maluf, as novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares com base em estratégias autônomas requerem uma ótica de construção de mercados adequados à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte.

Como na sociedade contemporânea a função de estruturação da sociedade é preenchida pela política social estatal. Na medida em que as relações de troca não decorrem naturalmente da dinâmica imperscrutável dos mecanismos de mercado, mas são produzidos e causados por estratégias estatais, de caráter políticos e administrativos. Os ramos de atividades que não conseguem se manter na relação de troca são saneados passivamente de forma planejada, por meio de instrumentos políticos como incentivos financeiros, proibições legais, bem como de leis e medidas que protejam a parte mais fraca na relação de troca, levando-a a adquirir maior competência de mercado.

À medida que a unidade de produção agrícola familiar é exposta às pressões de adaptação do mercado e à pressão modernizadora, o Estado age fazendo uso da estratégia da criação política das condições nas quais se torne possível uma relação de troca eficaz entre sujeitos jurídicos e econômicos, melhorando a capacitação profissional e a capacidade de adaptação (OFFE, 1984, p. 131-132). Para obter êxito nessa missão, conforme Silva (2003, p. 167), o Estado pode optar por gerar tecnologias adequadas às condições das unidades de produção familiares. Nesse sentido, os instrumentos fundamentais de política seriam o desenvolvimento da pesquisa e da assistência técnica em condições

específicas. Ou, então, optar pela adequação das condições das unidades de produção familiares às tecnologias disponíveis. Nessa alternativa, os instrumentos políticos seriam de preços e de crédito subsidiado, de modo a tornar acessíveis ao setor da agricultura familiar os meios de produção de que necessitam para incorporar as tecnologias já disponíveis para o setor.

3.3 LIMITES PARA A RACIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Quanto maior o desenvolvimento tecnológico, mais a racionalidade se faz instrumental, dominando a esfera da atividade econômica. Contudo, conforme demonstra Habermas (1987), à expansão da racionalidade instrumental nos âmbitos da economia e do poder se contrapõe o mundo da vida, estruturado em termos de cultura, de regras sociais e de personalidades. Nesse sentido, racionalização e subjetivação na visão de Touraine, sistema e mundo da vida, na concepção de Habermas, polarizam as dimensões da sociedade (BRANDENBURG, 1999: 36).

A partir do momento em que as unidades de produção familiares têm sua atividade de transformação e, ou, elaboração artesanal inserida no programa Fábrica do Agricultor, logo sofrem pressões para modernizar sua base material, no sentido de passar a operar como uma empresa agroindustrial. Não há dúvida de que o agricultor, para ter a sua atividade agroindustrial reconhecida formalmente, precisará adequar sua estrutura produtiva às regras do mercado e às normas legais, caso queira obter licença para comercializar seus produtos industrializados.

Apesar das transformações experimentadas pelas unidades de produção familiares inseridas no processo de modernização e adequação proposto pelo programa estatal Fábrica do Agricultor, principalmente nas instalações físicas e nos equipamentos, observa-se que os agricultores não mudaram a forma de organizar o trabalho no interior da unidade de produção. Internamente, a atividade cotidiana continua a ser orientada para a manutenção de um modo de

vida, corroborando a tese habermasiana de que só os âmbitos de ação que cumprem funções econômicas e políticas podem ser efetivamente regulados por meios de controle sistêmicos. Logo que os agricultores se propõem a racionalizar as atividades da família, inserindo cálculos individualizados por produto, buscando apurar custos e rendimentos, percebem as diferenças que separam seu empreendimento familiar informal de uma empresa formal.

Uma unidade de produção agrícola familiar não funciona como uma empresa capitalista convencional. A maximização do rendimento, mesmo sendo, sem dúvida, importante, em particular nas unidades de produção agrícolas imersas na economia de mercado, não parece ser o único princípio que rege o funcionamento das unidades de produção agrícola familiares. Tal unidade preenche também outras funções, e seus mecanismos de funcionamento dificilmente se limitam aos mecanismos econômicos. Mesmo a integração crescente aos mecanismos do mercado não pode levar a uma ruptura radical do vínculo osmótico entre a família e a unidade de produção.

Isso fica claro quando se analisa a tentativa do sistema em transformar as agroindústrias familiares em empresas formais. Depois de cinco anos tentando fazer os agricultores introduzirem na sua atividade processos racionalizadores como o controle contábil, 90% das unidades de produção pesquisadas continuam procedendo da mesma forma como sempre agiram. Os demais 10% das unidades, conseqüentemente aqueles que estão se tornando especialistas, só fazem controle do produto da agroindústria.

Indiferentes aos apelos feitos pelos órgãos de regulação sistêmicos, os agricultores continuam a anotar apenas aquilo que acham importante, como as compras a prazo de insumos e equipamentos e as vendas do produto da agroindústria. Anotam, por exemplo, a quantidade de litros de leite que entregam por dia mais para saber quanto têm para receber no início do mês seguinte do que para saber quanto está tendo de lucro ou prejuízo. Mesmo porque apenas aquilo que é adquirido, que tem um custo monetário é contabilizado como custo de produção – nem mesmo o trabalho da família entra nos cálculos. Dos entrevistados, 33% responderam que não fazem um controle passo a passo de

tudo, porque nunca precisaram. O balanço entre custos e rendimentos é medido no final da safra: quando sobra algum dinheiro no final da safra, sabem que obtiveram lucro; caso contrário, deu prejuízo. Aqueles que afirmaram realizar um controle mais apurado dos custos e rendimentos admitiram que só o fazem porque têm que prestar contas aos órgãos públicos fiscalizadores, como é o caso dos derivados de peixes, aves e suínos.

Segundo Habermas (1989), a reprodução simbólica do mundo da vida não pode ser assentada sobre a integração sistêmica sem que se produzam efeitos colaterais desintegradores. Os agricultores diversificados entendem que o controle de custos e rendimentos por produto pode colocar em risco a reprodução das unidades de produção familiares. Isso porque levaria os agricultores a excluírem dos seus planos a produção daqueles produtos que no ano anterior apresentaram rendimento deficitário ou deram prejuízo. Ocorre que a produção agrícola não faz o mesmo balanço que uma indústria capitalista: certa quantidade de matéria-prima deve resultar num determinado número de produtos, dos quais se deduzem os custos com a produção e se obtém um determinado lucro. Quando esse processo deixa de gerar lucro, abandona-se sua produção e se muda para outro ramo. É preciso levar em consideração que os produtos agrícolas, além das regras do mercado, da oferta e da procura, dependem, ainda, das condições climáticas e cíclicas: aquele produto que apresentou rendimento deficitário ou deu prejuízo na safra anterior pode ser o produto que salvará o empreendimento familiar na safra seguinte.

A dependência dos retornos obtidos com um único produto, numa atividade como a agricultura familiar, na qual o sucesso do empreendimento não depende apenas da capacidade e competência do proprietário, mas em grande medida de condições externas que fogem do controle do produtor. Em caso de frustração, por conta de estiagem, doenças dos animais ou mesmo ausência de mercado para comercialização do seu produto, fatalmente o agricultor corre o risco de ter que se desfazer do patrimônio familiar – a terra.

Conforme avalia Habermas, os indivíduos dotados de competência interativa são capazes de reconstruir as leis que regem o mundo natural, de

questionar o sistema de normas que vigora na sociedade e buscar novos princípios normativos para a ação individual e coletiva à base do melhor argumento. Por isso, as decisões sobre as atividades agrícolas nas unidades de produção pesquisadas podem ser tomadas levando-se em conta um leque variado de aspectos. Conforme a tabela 9, 3,3% dos agricultores responderam que levam em consideração apenas o interesse da família; e 40% afirmaram tomar decisões calcadas apenas no fator rendimento econômico. Mas 56,7% deles levam em conta, além dos fatores citados, a tradição familiar e a experiência acumulada na atividade. Apesar de haver múltiplas razões relacionadas com os processos decisórios sobre o que produzir, o grupo de agricultores pesquisados não se diferencia no que se refere à organização do trabalho no interior da unidade de produção. A lógica familiar continua decisiva para definir a forma como o trabalho é realizado.

TABELA 9 - ASPECTOS QUE O AGRICULTOR LEVA EM CONSIDERAÇÃO AO TOMAR DECISÕES SOBRE AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

<i>Aspectos</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Apenas o interesse da família	01	3,3
Apenas a tradição familiar	00	000
Apenas experiência na atividade	00	000
Apenas rendimento econômico	12	40,0
Todos esses itens	17	56,7
TOTAL	30	100,0

FONTE: Pesquisa de campo

Segundo Habermas, o mundo da vida constitui o âmbito em que os indivíduos procuram dominar a situação, definir e realizar projetos, tendo em vista seus interesses. A ação que se desenvolve tendo em vista a consecução de um tema trata de maximizar benefícios e evitar riscos e fracassos. Para isso são utilizados acervos de conhecimento, experiências que foram estruturadas temporalmente ou organizadas socialmente.

Ao serem indagados sobre que tipo de conhecimento preferiam utilizar nas suas atividades, todos os agricultores foram unânimes em afirmar que usam de forma combinada sua experiência e os conhecimentos de técnicas modernas transmitidas pelos técnicos. Segundo eles, o conhecimento adquirido pela experiência reelabora o conhecimento técnico, que, na maioria das vezes, é desenvolvido para ser aplicado em grandes propriedades, tornando-se caros demais, quando não inviáveis, sendo adotados somente pelas pequenas propriedades, graças a essa readequação. Os técnicos transmitem as práticas ideais, e os agricultores familiares tentam conformá-las à sua realidade. Para tanto, parafraseando Habermas, recorrem aos recursos do saber anterior ou de retaguarda para alimentar as suas interpretações e os mundos vividos. Todos reconhecem que a adoção das recomendações técnicas melhora a produtividade, porém aumenta os custos da produção, porque custam caro. Por isso, é muito importante o conhecimento prático do agricultor para poder dosar o ritmo da implantação das inovações técnicas. Confirmando essas informações, 100% dos entrevistados acham que o conhecimento oriundo da experiência é complementado pelos conhecimentos técnicos e de administração, transmitidos pelos profissionais.

As informações prestadas por Silvio Crestana, diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ao boletim eletrônico *Em Questão*, soam como uma confirmação, do ponto de vista oficial, das afirmações dos agricultores a respeito da ausência de instrumentos adequados à agricultura familiar.

A Embrapa tem uma carteira de projetos para a agricultura familiar por meio do Macroprograma da Embrapa de Pesquisa dedicada a esse segmento. Temos também um portfólio de resultados para o pequeno produtor: sementes, variedades, cultivares e implementos agrícolas para propriedades menores que podem ser operadas individualmente. O governo está agora montando uma política para alavancar o setor de implementos e máquinas agrícolas. Hoje há financiamentos do BNDES para a compra de máquinas, mas voltadas para a média e grande propriedade e isso tem viabilizado a modernização do parque mecânico brasileiro. Mas na pequena isso não existe. Os Ministérios da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário e a Embrapa estão fechando um projeto para garantir o acesso do agricultor familiar a máquinas adequadas para o porte da sua propriedade. E esse projeto virá em parceria com a iniciativa privada que irá fabricar esses equipamentos em escala para baratear o

custo. Então, o projeto vai incluir o crédito, a tecnologia, a necessidade do pequeno produtor e a indústria para produzir (Em Questão, 26/04/05).

A experiência adquirida ao longo dos anos na elaboração ou transformação foi citada pelos produtores familiares como importante, “porque já tinham um mercado consumidor que foi sendo construído ao longo desses anos de atividade”. “O fato de conhecer as preferências desses consumidores tornou possível a realização das adequações exigidas pelos órgãos públicos responsáveis pelo programa estatal, sem comprometer o patrimônio familiar”. “Já sabia do potencial da produção, sua sazonalidade, períodos de entressafra”. O saber fazer facilitou a adaptação às normas de higiene e utilização das máquinas, já que a forma de elaborar ou transformar o produto continuou a mesma. Tudo o que já havia dado certo foi aproveitado, inclusive servindo de contraponto às sugestões transmitidas pelos técnicos que eram desenvolvidas para grandes produções, com vistas na sua readequação ou adaptação para ser aproveitada na pequena agroindústria familiar.

Conforme Chayanov (1981: 141), a exploração familiar tem que utilizar a situação de mercado e as condições naturais de maneira tal que lhe permitam proporcionar um equilíbrio interno para a família, juntamente com o mais elevado nível de bem-estar possível. O grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Em vista disso, o produto do trabalho indivisível de uma família e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar não aumentam de maneira tão significativa quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores. Isso acontece porque o agricultor trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua unidade, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de produção.

Por todas as circunstâncias até aqui apontadas, a agroindústria familiar é forçada a operar com a mesma capacidade o tempo todo, quando não é obrigada a operar com prejuízos, por conta de intempéries climáticas ou doenças que atinge a sua plantação ou seu rebanho. Esses fatores impedem a agroindústria

familiar de se inserir no mercado de igual para igual com as agroindústrias capitalistas, em escala de produção e em preços.

Com o baixo volume de produção, as pequenas unidades familiares não conseguem barganhar com os atacadistas e distribuidores. A certa altura, a capacidade de aumentar o volume de produção atinge seu teto máximo e estaciona. Com base nisso, 100% dos entrevistados afirmam que, se forem feitas as mesmas exigências legais e sanitárias feitas às indústrias convencionais, fica inviabilizada a agroindústria familiar pequena.

Baixa margem de lucro, somada ao volume reduzido da produção, resulta em reduzida margem para arriscar, culminando em pouca capacidade de investimento, o que gera pouca perspectiva para crescimento. Isso conduz a um conservadorismo que vem se somar à vontade do agricultor de permanecer familiar, de dividir responsabilidades apenas com os membros da família.

Os agricultores sabem a importância de se ter um produto melhor apresentável e com melhor qualidade e aceitam adotar equipamentos e instrumentos que facilitariam o trabalho, desde que os recursos financeiros sejam disponibilizados por meio de políticas agrícolas. Têm consciência de que contrair financiamentos nas instituições financeiras privadas, aos juros de mercado, é impraticável, pois não são amortizáveis com os retornos conseguidos apenas em ganhos de qualidade.

O fato de resistir a ver sua estratégia agroindustrial enquadrada como uma empresa – tal qual é interesse do programa Fábrica do Agricultor – é porque todo enquadramento exige aumento de custos, que só serão amortizados com aumento de produção. Como os agricultores familiares estão impossibilitados de aumentar indefinidamente sua produção pelos limites impostos pelas próprias características da atividade, o enquadramento somente pode ser consumado à custa do aumento da dependência de apoio e incentivos externos. Por compensações fornecidas pelo poder público, por meio de uma política agrícola que subsidie os investimentos demandados para que a agroindústria familiar possa enquadrar seus produtos às exigências dos consumidores. Inclusive com uma legislação específica. Ou seja, um planejamento administrativo deve

substituir os mecanismos de mercado como coordenador das ações (OLIVEIRA, 1988).

A introdução de equipamentos modernos agiliza a produção, convertendo-se num mecanismo para a redução do tempo necessário para realizar uma determinada tarefa ou para produzir uma determinada mercadoria. Como não há mais fronteira agrícola para onde o agricultor possa expandir seu patrimônio familiar, a adoção desses equipamentos e instrumentos modernizados traz, como conseqüência, a liberação da mão-de-obra de alguns membros da família. Durante o processo de modernização, o arado foi sendo substituído pelo trator. A capina para livrar a plantação das ervas daninhas, que ocupava um contingente maior de pessoas, foi sendo substituída pela utilização dos herbicidas. As atividades de plantio e colheita, antes manuais, agora são feitas por meio de plantadeira e colheitadeira. Este estudo constatou que 83,3% das unidades de produção utilizam tratores para arar a terra, passar inseticida e herbicida. Os agricultores que não possuem trator e equipamentos contratam esses serviços de terceiros. Também foram introduzidas máquinas que, ao mesmo tempo em que cortam, também carregam sobre a carreta do trator o pasto utilizado para alimentar o gado, extinguindo vários postos de trabalho. O processo de modernização acabou liberando mão-de-obra de alguns membros da família para se incorporarem ao mercado de trabalho nacional. Praticamente todas as unidades de produção pesquisadas afirmaram ter casos de pelo menos um membro da família que migrou para a cidade em busca de oportunidade de trabalho. Em função da impossibilidade de ampliar a área de terra da família, a empresa familiar se vê forçada a fazer um ajustamento, adequando ao tamanho da propriedade o número de pessoas que podem viver dela. Fato esse, que vem corroborar a tese defendida por Hugues Lamarche (1998), de que, a reprodução da agricultura familiar corresponde à reprodução do estabelecimento familiar, e não, necessariamente, à alocação de todos os filhos na agricultura.

Por todas essas peculiaridades, a agroindústria do agricultor familiar não pode ser vista pela instituição estatal como uma oportunidade para transformá-la em fonte de arrecadação de impostos, tampouco uma fonte de geração de novos

empregos. Ela é uma estratégia de sobrevivência das unidades de produção, cujo objetivo principal é a reprodução social da atividade familiar e a garantia da ocupação do maior número possível dos membros da família. Apesar de não poder ser vista como geradora de novas oportunidades de trabalho, a estratégia da transformação e, ou, elaboração de alimentos tem se demonstrado uma alternativa importante, tendo em vista a manutenção do maior número possível dos membros da família ocupados na unidade de produção, contribuindo, assim, para evitar o aumento do êxodo rural, garantindo o emprego de pelo menos mais um membro da família. Além do trabalho empregado na agroindustrialização propriamente dita, demanda ainda a ocupação de uma pessoa para realizar a entrega do produto nos domicílios dos consumidores.

As constatações acima descritas sugerem que é chegada a hora de se rever a excessiva centralidade conferida à dimensão econômica da reprodução da família rural, de buscar uma estratégia política para refundar as relações entre o econômico, o social e os processos biotécnicos.

Para que essa nova relação obtenha êxito, precisam ser respeitadas as especificidades da produção em uma unidade familiar e, principalmente, a lógica interna de organização do trabalho. Externamente à unidade de produção, uma política agrícola tem que proporcionar condições para que ela possa adequar seus produtos às exigências do mercado consumidor. Um misto de comportamento tradicional e racional, uma relação equilibrada nos intercâmbios dos meios de controle sistêmicos com os âmbitos de ação estruturados simbolicamente do mundo da vida.

Prezotto (2002) já havia chamado a atenção para o fato de a pequena agroindústria não poder ser constituída levando-se em conta apenas o seu caráter econômico. Além disso, a agroindústria do agricultor familiar deve ser concebida com sua maneira própria de funcionamento. Esse tipo de empreendimento, por ser pequeno, não tem os ganhos da economia de grande escala. É constituído em uma lógica diferente da agroindústria convencional, que tem na grande escala a base principal para a viabilidade econômica. Além da assistência e da capacitação técnica em todas as etapas da cadeia produtiva, na organização social

e na gestão do empreendimento, é importante que se proceda ao resgate e à geração de tecnologias adaptadas e adequadas às pequenas agroindústrias. Da mesma forma, a legislação tributária e ambiental e os serviços de inspeção sanitária precisam estar de acordo com a realidade da agroindústria do agricultor familiar e da própria agricultura familiar. Em função dessas especificidades, sua adequação e adaptação aos mecanismos do mercado dependem do apoio de programas públicos dos governos federal, estadual e municipal.

CONCLUSÃO

Conforme as análises apresentadas neste trabalho, a agricultura familiar apresenta características peculiares em relação às outras formas de produção. No Brasil, essa modalidade de produção ficou excluída dos projetos governamentais de desenvolvimento, até bem pouco tempo. Com efeito, foi somente a partir de 1994, com o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que o setor passou a fazer parte da política agrícola do governo brasileiro. Contudo, foi com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que os recursos destinados pela política agrícola passaram a levar em conta as especificidades da produção em uma unidade familiar. Em função dessa circunstância, que ainda hoje é bastante pertinente, os agricultores tiveram que abrir seus próprios caminhos, fabricando as condições alternativas que garantiriam sua sobrevivência no cenário socioeconômico nacional. Tiveram que inventar estratégias para assegurar sua reprodução social.

A atividade de transformação e, ou, elaboração de alimentos nas próprias unidades de produção familiares faz parte desse quadro de estratégias criadas pelos agricultores. Nasceu da necessidade de eles obterem um melhor aproveitamento dos alimentos excedentes da produção evitando que se perdessem, vindo a se converter, na seqüência, em uma fonte complementar de renda para os agricultores, os quais passaram a comercializar os produtos excedentes da sua agroindústria artesanal diretamente com os consumidores.

Em contrapartida, o programa de política pública Fábrica do Agricultor, levado a efeito pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do governo do Paraná, visa à regularização dessa empresa artesanal e à sua equiparação em termos de direitos e deveres à agroindústria de moldes capitalista. O que se observa é que não são medidas de políticas públicas de um Estado preocupado com a reprodução socioeconômica da unidade de produção familiar, mas sim com o enquadramento da sua atividade de elaboração e, ou, transformação de alimentos às normas legais e sanitárias.

Enquanto consegue desempenhar a atividade na informalidade sem sofrer a interferência dos mecanismos reguladores do mercado e dos órgãos de vigilância sanitária, essa estratégia dos agricultores demonstra ser uma alternativa importante para viabilizar a reprodução socioeconômica da agricultura familiar. A partir do momento em que a política pública Fábrica do Agricultor propõe a adequação da atividade às regras do mercado e a sua legalização jurídico-sanitária, começam a aparecer os problemas. Sua elevação ao *status* de empresa formalmente organizada requer uma mudança de orientação quanto à forma de organizar a produção, pressupondo uma subordinação à racionalidade econômica. Porém, a substituição da lógica tradicional que orienta a atividade agroindustrial do agricultor familiar por um comportamento condizente ao de uma empresa capitalista requer um processo de adaptação que está além do alcance dos agricultores.

A unidade de produção familiar tem características peculiares que a diferenciam da agroindústria capitalista propriamente dita. Entre essas peculiaridades, podem-se citar dependência dos ciclos naturais e capacidade de produção descontínua, que a impossibilitam de desenvolver até ao limite a divisão do trabalho, bem como a maximização do lucro como único fim. As condições mínimas necessárias para que uma agroindústria do agricultor familiar venha a operar como uma empresa formal precisam ser providenciadas por políticas públicas de incentivos desenvolvidas nos níveis federal, estadual e municipal. A política pública precisa prover, além dos recursos financeiros para a modernização e adequação das estruturas produtivas, os recursos humanos para assessorar o agricultor no procedimento das adaptações reclamadas pelo mercado. Para complementar o instrumental necessário para viabilizar social e economicamente esse empreendimento, é preciso estabelecer uma legislação específica para a pequena agroindústria do agricultor familiar.

Em suma, as informações prestadas pelos agricultores demonstraram que as condições para o êxito do empreendimento agroindustrial do agricultor familiar, se não se quiser incorrer no risco de inviabilizar a reprodução social e material dessas unidades de produção, estão condicionadas à manutenção da lógica interna de

produção familiar. Em interação com essa condição, é necessário que se forneça externamente, por meio de programas de políticas governamentais, o recurso para que as unidades de produção possam conformar sua produção às exigências do mercado.

O saber fazer da família na elaboração e, ou, transformação dos alimentos, adquirido ao longo do tempo, precisa ser levado em consideração pelos profissionais a serviço das instituições governamentais, afinal, é esse saber fazer artesanal que atrai a preferência dos consumidores que adquirem esses produtos diferenciados. Mesmo porque a equiparação desse produto aos industrializados por uma empresa que utiliza tecnologias modernas acaba por descaracterizar o produto da Fábrica do Agricultor, o que, conseqüentemente, o forçaria a participar de igual para igual em um mercado em que as condições de concorrência lhe seriam imensamente desproporcionais. O que os profissionais precisam fazer é fornecer o instrumental administrativo e burocrático para que os agricultores possam formalizar a venda de seus produtos no mercado, conforme está sendo exigido pelos seus concorrentes das grandes agroindústrias capitalistas. Com relação às exigências dos consumidores, os produtos elaborados e/ou transformados pela agroindústria do agricultor familiar já estão adaptados, ao longo dos muitos anos que mantêm essa relação de compra e venda do produto na informalidade.

As análises apresentadas neste trabalho não são conclusivas e necessitam ser complementadas por estudos mais abrangentes. Acredita-se estar contribuindo para a discussão do tema agricultura familiar, com o estudo da agroindústria do agricultor familiar, que trouxe para o debate a perspectiva dos agricultores, tendo chamado a atenção, ainda, para a necessidade de se pensar a reprodução social da atividade correlativamente à sua viabilização econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: UNICAMP, 1998.

ABRAMOVAY, R. DA VEIGA, J. E. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso Pronaf*. Brasília: IPEA (n. 641), 1998.

BANCO DO BRASIL. Manual de Política Rural. nº 4, Out/Nov/Dez. 2004

BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

_____. *Colonos: subserviência e autonomia*. In. FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. *Os Agricultores e suas Estratégias: a relação contratual com as agroindústrias*. Brasília: Econ. Sociol. Rural, 1995.

CHAYANOV, Alexander. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In. GRAZIANO DA SILVA e STCKLER (org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONCEIÇÃO, Osmar A. *Características e necessidades de informações na pequena agroindústria familiar*. Florianópolis: Instituto Cepa/sc, 2002.

CORONA, Hieda M. P. *A Resistência Inovadora: a pluriatividade no Sudoeste paranaense*. Curitiba: UFPR, 1999.

DA SILVA, E. R. *PRONAF: uma avaliação das ações realizadas no período 1995-1998*, Brasília: IPEA, 1999.

DELGADO, Guilherme. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, Nº 27, 1990.

EM QUESTÃO: *boletim informativo eletrônico do Partido dos Trabalhadores*, 26/04/2005.

FAEP - Federação da Agricultura do Paraná. *Boletim informativo*. Curitiba: junho de 2001.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GARCIA, JR., Afrânio R. *Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Capitalismo e tecnologia no campo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 10, 1979.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: tomo II crítica de la razón funcionalista*. Madri: Catedra, 1989.

_____. *Técnica e ciência como ideologia*. In: Os pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1984.

KAJEYAMA, Ângela e outros. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. São Paulo: UNICAMP, 1985.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) *Agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. I. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. (coord) *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Vol. II. Campinas: UNICAMP, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, 1982.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

- MALUF, Renato S. *Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, Mundo rural e cultura, 2002.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol. VI. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MINAYO, Maria C. S. *O Desafio do Conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O surgimento do antivalor*. Novos Estudos Nº 22: Outubro de 1988.
- PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. *Projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento*. Londrina, 2000.
- PREZOTTO, Leomar Luiz. *Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte*. Florianópolis: EDUFSC, abril de 2002.
- PRZEWORSKY, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. *O campesinato brasileiro*. São Paulo: Vozes, 1973.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.
- ROMERO, Juan Ignacio. *Questão Agrária: latifúndio ou agricultura familiar*. São Paulo: Moderna, 1998.
- ROSSETO, Miguel. *Desvelando a agricultura familiar*. *Folha de São Paulo*: 04/01/05.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho do camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - PR
Secretaria do Desenvolvimento Rural e da Agricultura – SC.

SILVA, José Graziano da. *Para onde vai a agricultura?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 10, 1979.

_____. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (orgs). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

TESSER, Gelson João. *Ética e educação: uma reflexão filosófica a partir da teoria crítica de Jürgen Habermas*. Campinas SP: Unicamp, 2001.

TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VELHO, Octávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Difel Editora, 1979.

VIEIRA, L. F. *Agricultura e agroindústria familiar*. Rio de Janeiro: Revista política agrícola, ano VII, Janeiro 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. *Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov*. Campinas: UNICAMP, 1989.

_____. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. In: TEDESCO, João Carlos (org), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WILKINSON, John. *O Estado a Agroindústria e a Pequena Produção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DE PESQUISA

1) Mão de obra

1.1. N°. de pessoas ocupadas na unidade de produção _____

1.2. N°. de pessoas provenientes da família _____

1.3. N°. de pessoas contratadas temporariamente _____

1.4. N°. de pessoas contratadas permanentemente _____

2) Do total da renda familiar, quanto (percentualmente) provém;

da propriedade agrícola _____%

de atividades fora da propriedade _____%

3) No caso de haver renda de atividades não agrícola, quem trabalha fora e o que desenvolve?

.....

4) Escolaridade das pessoas que trabalham na unidade de produção

.....

5) Tamanho da propriedade em hectares:

() 0 – 10; () 10 – 20; () 20 – 40; () 40 – 60; () mais de 60

6) Condição do agricultor

() Proprietário; () Posseiro; () Arrendatário.

7) Informações sobre a produção/atividade agrícola

7.1. Produtos resultantes da atividade na unidade de produção familiar

Produto	Produção média anual	Volume auto-consumo	Volume mercado	Tecnologia/fertilizantes insumos	Tecnologia/recursos naturais

7.2. Produto elaborado ou transformado

Produto primário/	Derivados	Produção média anual	Volume vendido	Volume auto-	Quantos meses

matéria-prima				consumido	funciona por ano

8) Usa máquinas e equipamentos, modernos na propriedade? Quais

9) Qual o conhecimento que o senhor usa nas suas atividades

() Conhecimento oriundo da sua experiência como agricultor

() Conhecimento sobre técnicas modernas transmitida pelos técnicos

Por que razão fez essa escolha?

10) Como surgiu a prática de industrializar alimentos?

.....

11) Tinha alguma experiência de transformação de alimentos antes de entrar para o programa Fábrica do Agricultor? Há quanto tempo?

.....

12) Como era elaborado o produto antes de a unidade de produção ser enquadrado no programa Fábrica do Agricultor?

.....

13) Quais os tipos de equipamentos que eram utilizados?

.....

14) Quais foram os equipamentos que passou a utilizar depois da existência do

programa?.....

..

15) Qual foi, na sua avaliação a importância da sua experiência anterior?

.....

16) Quais foram as modificações que o programa Fabrica do Agricultor exigiu do produtor?

.....

17) Dentre essas mudanças, qual a foi a que trouxe maiores complicações ou é de mais difícil adaptação? Por que?

.....

18) O senhor acha que a agroindústria familiar pode conseguir, por si só, enquadrar os seus produtos às exigências dos consumidores e torná-los competitivos no mercado? () sim; () não.

Por que?

.....

19) Caso dependa de ajuda, quem seria o órgão ou instituição competente? E que tipo de ajuda acha que é necessária?

.....

19.1) Seriam incentivos temporários ou permanentes?

.....

20) Como o senhor faz o controle dos gastos (custos) e ganhos (rendimento) da propriedade?

21) O enquadramento no programa fábrica do agricultor permitiu que o senhor se utilizasse dos mesmos critérios ou precisou adotar critérios da contabilidade profissional?

.....

22) Quem faz? E como é feita a contabilidade?

.....

23) Na sua opinião o controle contábil da produção exigida pela legislação: () contribui; () atrapalha a sua atividade;

Por que?

.....

24) Qual a renda bruta da propriedade em Reais? _____

24.1. E a renda líquida? _____

24.2. Melhorou com a fábrica?

.....

25) Quanto por cento de valor a transformação agrega ao preço final do produto? (diferença entre a venda do produto in-natura e do produto transformado)

.....

26) A renda da sua propriedade:

() vai para um só caixa da família

() é distribuído entre os membros da família

paga uma mesada para os filhos

27) Quando vai tomar alguma decisão sobre as atividades agrícolas, o senhor leva em conta quais aspectos:

Apenas o interesse dos filhos, da família

Apenas a tradição familiar

Apenas experiência na atividade

Apenas o rendimento econômico

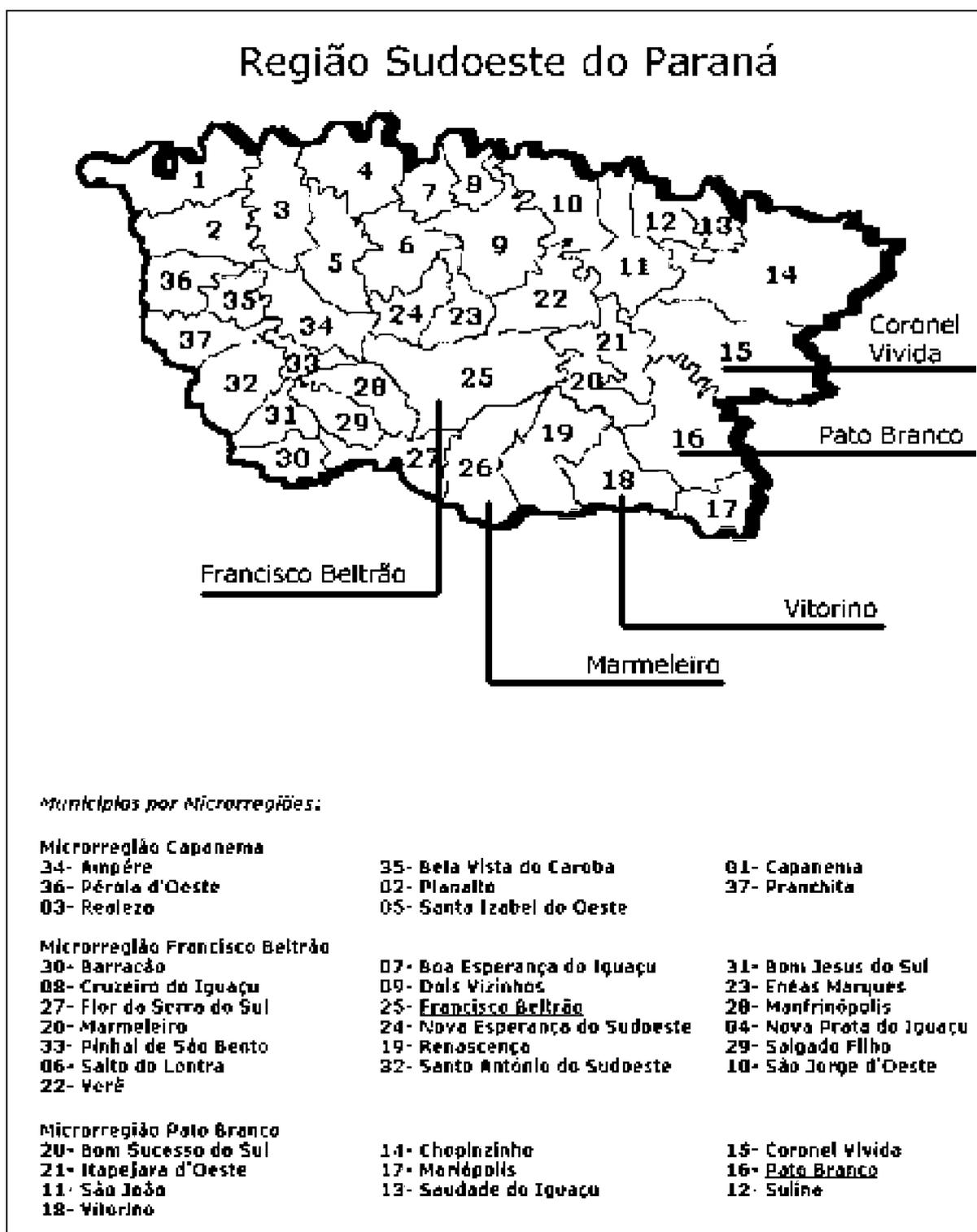
Todos esses aspectos

28) Para o senhor a atividade de transformação ou elaboração de alimentos é:

Um complemento da atividade agrícola;

Um passo rumo à especialização produtiva visando a constituir-se como
empresa agroindustrial

ANEXO 2 – MAPA DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

FONTE: www.brasilchannel.com.br